



Escola de Sociologia e Políticas Públicas  
Departamento de Sociologia

O TTIP: O papel da estratégia de comunicação política da  
Comissão Europeia nas negociações do acordo

Rui Alexandre Simão de Sousa

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientadora:

Doutora Susana Santos, Professora Auxiliar Convidada  
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2017



## **Dedicatória**

*Aos meus pais e aos meus avós*

## **Resumo**

A comunicação de um ato político por parte de instâncias europeias deve obedecer a uma estratégia delineada e pensada de modo a que o público e os atores institucionais se sintam confortáveis no espaço mediático. Esta dissertação aborda a estratégia de comunicação da Comissão Europeia usada para o acordo transatlântico, vulgarmente conhecido como TTIP. No trabalho é possível apreender conhecimento sobre o tratado e sobre a comunicação institucional da Comissão Europeia, de modo a que esta base teórica se conjuge no enquadramento da comunicação política do tratado. A investigação é suportada por uma conjugação de métodos. São concretizadas entrevistas semiestruturadas e respetivas análises de conteúdo assim como a análise quantitativa e qualitativa de uma palavra num órgão de comunicação social de referência.

**Palavras-chave:** TTIP, comunicação política, Comissão Europeia, opinião pública, agendamento

## **Abstract**

The communication of a political act by European institutions must follow a strategy designed and planned so that the public and the institutional actors feel comfortable in the media space. This dissertation addresses the European Commission's communication strategy used for the transatlantic agreement, commonly known as TTIP. In the work it is possible to learn about the Treaty and the institutional communication of the European Commission, so that this theoretical basis can fit within the context of the political communication of the treaty. Research is supported by a combination of methods. Semi-structured interviews and content analyzes are carried out as well as the quantitative and qualitative analysis of a word in a reference media.

**Keywords:** TTIP, political communication, European Commission, public opinion, agenda setting

# Índice

Índice de Quadros .....	iv
Índice de Figuras .....	iv
Glossário de Siglas .....	v
Introdução .....	1
1. Enquadramento teórico .....	3
1.1. Comunicação Política .....	3
1.2. Agenda Setting .....	4
1.3. Opinião Pública .....	5
1.4. Livre Comércio .....	6
2. Enquadramento metodológico .....	9
3. Conceito TTIP .....	15
3.1. Objetivos e características do TTIP .....	15
3.2. Dimensão não económica do acordo .....	18
3.3. Grandes Tratados de Livre Comércio- Um costume dos últimos anos .....	19
3.4. Estado político atual do TTIP .....	21
4. Comunicação Institucional da Comissão Europeia .....	23
4.1. Direção Geral para a Comunicação .....	24
4.2. Comunicação em 2017 .....	25
4.2.1. Comunicação de 2º pilar .....	26
4.2.2. Comunicação de 3º pilar .....	27
4.3. Resultados preliminares da nova estratégia de comunicação .....	29
5. Comunicação TTIP .....	31
5.1. Cronologia do paradigma comunicacional .....	31
5.2. A importância dos movimentos Anti-TTIP .....	35
5.3. A posição dos estados membros durante a negociação .....	36
5.4. Perceção da estratégia de comunicação para o TTIP .....	37
5.5. O TTIP e o desconhecimento português .....	39
5.6. TTIP no Público .....	40
5.7. Perceção da Opinião Pública sobre o TTIP .....	46
6. Conclusão .....	49
Bibliografia .....	53
Anexos .....	i

## Índice de Quadros

Quadro 5.6.1: Resultados do critério “Central ou Integrante” no TTIP no Público em números absolutos .....	44
Quadro 5.6.2: Resultados do critério “Tom no Texto” no TTIP no Público em números absolutos .....	44
Quadro 5.7.1: Opinião dos europeus sobre um acordo de livre comércio e investimento entre a União Europeia e os Estados Unidos da América em percentagem (2015,2016 e 2017).....	46

## Índice de Figuras

Figura 4.3.1: Imagem que os europeus têm da União Europeia (2006-2017).....	29
Figura 4.3.2: Confiança dos europeus na União Europeia, no governo nacional e no parlamento nacional em percentagem (2004-2017) .....	30
Figura 5.6.1: Representação da cronologia dos acontecimentos do TTIP no Público (2015-2017) .....	41
Figura 5.6.2: Resultados do critério “Tipo de cobertura jornalística no TTIP no Público em números absolutos (2015-2017) .....	42
Figura 5.6.3: Resultados do critério “Género jornalístico no TTIP no Público em números absolutos (2015-2017) .....	42
Figura 5.6.5: Resultados do critério conjugado “Tom no texto quando integrante” no TTIP no Público em números absolutos (2015 – 2017) .....	45
Figura 5.6.4: Resultados do critério conjugado “Tom no texto quando central” no TTIP no Público em números absolutos (2015 – 2017) .....	45

## **Glossário de Siglas**

BE- Bloco de Esquerda

CDS- Partido do Centro Democrático Social

CE- Comissão Europeia

CEE- Comunidade Económica Europeia

CETA- Comprehensive Economic and Trade Agreement

DG COMM- Directorate-General for Communication

EUA- Estados Unidos da América

ICS- Investment Court System

ISDS- Investor-State Dispute Settlement

NAFTA-North American Free Trade Agreement

OGM- Organismo Geneticamente Modificado

OMC- Organização Mundial do Comércio

ONG- Organização Não Governamental

PCP- Partido Comunista Português

PEV- Partido Ecologista “Os Verdes”

PS- Partido Socialista

PSD- Partido Social Democrata

REACH- Regulation on Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals

SIC- Sociedade Independente de Comunicação

SPP- Spokeperson´s Service

TSCA- Toxic Substances Control Act

TTIP- Transatlantic Trade and Investment Partnership

TiSA - Trade in Services Agreement

TPP - Trans-Pacific Partnership

TVI- Televisão Independente

UE – União Europeia

## Introdução

“Nas sociedades contemporâneas, as pessoas recebem as informações e formam a sua própria opinião política essencialmente por intermédio dos media (...)” (Castells,2002:381). No livro *O Poder da Identidade, A era da informação: economia, sociedade e cultura*, Manuel Castells fazia notar a influência de consolidação de opiniões por via dos meios de comunicação social. Foi na lógica de valorização da mensagem para a opinião pública e da estratégia de comunicação de políticas europeias que decidi debruçar-me sobre o Tratado Transatlântico entre a União Europeia e os Estados Unidos da América.

O TTIP (*Transatlantic Trade Investment Partnership*) é um tema que me desperta profundo interesse devido à magnitude e ao impacto que uma parceria deste tipo pode ter em milhões e milhões de europeus e norte-americanos. À medida que me envolvia na questão, percebi que o desconhecimento das pessoas em relação ao tema era significativamente elevado.

Assim, decidi abordar a temática de um ângulo comunicacional, de modo a perceber qualitativamente a importância do discurso público na divulgação e aceitação da política TTIP. Este trabalho está dividido em três grandes temas, encadeado de modo a que o leitor entenda o capítulo seguinte, tendo na consciência os pontos anteriores. O primeiro capítulo debruça-se sobre o conceito TTIP, numa abordagem que privilegia a vertente económica e não económica do acordo, o paradigma de tratados bilaterais e o estado atual do TTIP. De seguida dedico atenções à comunicação da Comissão Europeia de forma institucional atentando na estratégia para 2017 e aos possíveis resultados da mesma. Em terceiro e último lugar junto os dois primeiros capítulos teóricos e reflito sobre a comunicação do TTIP, aludindo à cronologia dos acontecimentos, à importância da retórica anti-acordo e à sensibilidade da comunicação do acordo em diferentes níveis e em vários objetos de estudo.

Para este trabalho foram recolhidas perceções e opiniões de atores externos que conhecem o fenómeno em toda a linha, como jornalistas da área internacional, atores institucionais sem poder de decisão como eurodeputados do Parlamento Europeu, mas também atores com um papel interno e com poder de decisão no meio da comunicação TTIP como o porta-voz da Comissão Europeia para o Comércio e Agricultura.

Englobado nos elementos do tema proposto, existirá uma atenção acrescida na relação do TTIP com Portugal, que ajudará a enquadrar este importante acordo com a realidade nacional. Esta dissertação será ainda pautada pela simplificação do raciocínio, de modo a que um tema aparentemente complexo possa ser perceptível a qualquer pessoa.

## **1.Enquadramento teórico**

Pela exigência da temática, é necessário proceder a um enquadramento teórico, aludindo e explanando certos conceitos pertinentes. A abordagem conceptual passará assim por operacionalizar as ideias de comunicação política, *agenda setting*, opinião pública e livre comércio. Neste capítulo estarão algumas definições possíveis, umas vezes em complementaridade, outras vezes em confronto, num universo imenso de respostas possíveis para o mesmo conceito. No final da explicitação de ideias, identificarei aquelas que melhor servem o propósito desta dissertação.

### **1.1. Comunicação Política**

Antes de detalharmos os grandes capítulos que o trabalho possui, importa remeter o leitor para o conceito composto de estratégia de comunicação política, sendo de seguida, explanada a definição de estratégia mais adequada e posteriormente algumas noções conceptuais de comunicação política.

Um dos elementos fulcrais na ideia de estratégia consiste nos objetivos fixados pela política, sendo que a “estratégia implica materializar com recurso ao poder nacional, finalidades coletivas identificadas com precisão e designadas por objetivos nacionais (Silva Ribeiro,2010 :38). Sendo a estratégia subsidiária da política, existe uma relação umbilical entre as duas. “À política cabe orientar a estratégia (...), à estratégia cumpre condicionar a política” (Silva Ribeiro, 2010:40).

O conceito de comunicação política pode ser esquematizado em quatro elementos que gravitam entre si: elites políticas, elites económicas, cidadãos e mass media. Ainda assim, é possível dizer que as elites económicas se expandiram e neste momento influenciam os restantes atores, estando assim num plano superior de importância(Dahlgren,2009:50-51).

A ideia do conceito pode conter diversos aspetos de análise tornando a definição numa abordagem complexa. Desta forma, Perloff (2013) propõe que comunicação política seja um processo, pela qual a linguagem e os símbolos utilizados por líderes políticos, media e os cidadãos, exercem efeitos intencionais ou não intencionais sobre os comportamentos políticos dos indivíduos ou sobre as consequências de uma política pública de um estado ou de uma comunidade.

A ideia conceptual pode também ser vista sob uma lógica gravitacional de poder e estado. Desta forma, comunicação política pode constituir-se como a discussão sobre a alocação dos recursos públicos, sobre os cargos de poder e sobre as sanções oficiais do Estado (Denton and Woodward, 1990, citado por McNair 2011, pp.3-4)

Num panorama mais amplo e abrangente, comunicação política pode ser definida como o “campo das interações entre os meios de comunicação social e os sistemas políticos, local, nacional e internacionalmente” (Franklin, 1995, citado por Sá 2013, p.158).

Para o estudo a que me proponho importa direcionar a definição de comunicação política como “um espaço no qual são trocados discursos contraditórios entre três atores que ganharam estatuto de legitimidade de expressão pública da política e que são os políticos, os jornalistas e a chamada opinião pública (...)” (Wolton, 1990 citado por Sá 2013, p.158). A escolha por esta possibilidade conceptual deriva do facto de esta conter a dinâmica de influência de três atores fundamentais para esta dissertação.

Assim, aglutinando os dois conceitos e enquadrando na ótica europeia, podemos dizer que a estratégia de comunicação política resulta na concretização de objetivos europeus, previamente identificados e legitimados pelo poder, num espaço onde os media, o poder político e a opinião pública procuram dominar o discurso.

## **1.2. Agenda Setting**

O conceito de *agenda setting* ou agendamento pode constituir uma relação dinâmica entre agendas noticiosas e agendas públicas. Os profissionais dos media funcionam como um filtro e orientam a atenção do público. Assim, “ao excluïrem, incluïrem e hierarquizarem os acontecimentos diários, a agenda dos media torna-se a agenda pública.” Na tríade de conceitos operacionalizáveis deste trabalho, é possível estabelecer uma ligação interdependente. “A importância do agendamento na Comunicação Política reside na sua ligação ao estudo da Opinião Pública, seja pelas pesquisas empíricas sobre os efeitos dos media em eleições, seja como metáfora explicativa das relações de influência entre o jornalismo, o público e o poder político” (Borges,2010:137-138).

Green-Pederson e Walgrave (2014) associam a ideia de ciência política à definição de agendamento, detalhando de que forma o primeiro possa contribuir para o segundo. Desta forma, “se a ciência política se ocupa em saber quem obtêm o quê e

quando, a abordagem do agendamento pode contribuir para a disciplina porque estuda problemas (o quê), que aumentam e diminuem (quando), que distinguem atores com poder e atores sem poder(quem) e porque aborda mecanismos através dos quais os elementos perdem ou ganham tração(porquê).

“O *agenda setting* é consideravelmente mais do que a clássica asserção de que as notícias nos dizem sobre o que pensar. As notícias também nos dizem como pensar nisso” (McCombs e Shaw, 1993, citado por Traquina 2000, p.31). McCombs não tem dúvidas em afirmar que “os atributos enfatizados pelo campo jornalístico podem influenciar diretamente a direção da opinião pública” (McCombs, 1992, citado por Traquina 2000, p.38). O facto do *agenda setting* possuir influência no modo de pensar da sociedade confere o propósito necessário para este trabalho.

### **1.3. Opinião Pública**

O conceito de opinião publica não possui uma definição única e incontestável, havendo confrontos de posições desde que esta temática surgiu em discussão pelos mais variados teóricos (Clawson e Oxley,2017:15). Ainda assim, nas últimas décadas, firmou-se uma conceção relativamente consensual que define opinião publica como “a soma ou agregação das opiniões individuais/privadas sobre um certo assunto ou sobre um conjunto de assuntos” (Monroe, 1975 citado por Clawson e Oxley 2017, p.15). É adequado para este trabalho, assumir a definição anterior de “opinião pública”, sobretudo pelo carácter geral e consensual do conceito.

Sá (2013:112) assume a definição que Clawson e Oxley explanam como a mais comum nos dias de hoje, sobretudo pelo paralelismo que encontra no “ato de votar”. Os elementos mais usuais para medir a sensibilidade da opinião pública funcionam neste sentido “como verdadeiras votações intercalares”.

Parecem não existir dúvidas que esta primeira aceção de opinião pública é a mais usada por quem estuda estas matérias, todavia Glynn et all (2016) considera outras quatro definições que podem responder de uma forma mais adequada ao propósito de cada um. Assim, a segunda possibilidade de conceito consiste em observar a opinião pública como a crença da maioria. Elisabeth Noelle-Neumann foi uma das precursoras desta escola afirmando que a opinião pública é a vontade dominante e que naturalmente quem está do lado minoritário da opinião remete-se muitas vezes ao silêncio, alimentado a “espiral do silêncio”. A terceira possibilidade sugerida consiste na hipótese de a opinião pública ser

encontrada no “choque dos grupos de interesse”. Desta forma é do conflito de opinião entre grupos políticos, partidários, sociais que surge a opinião pública. A quarta definição indica que a opinião pública reflete a influência dos media. Nesta abordagem de conceito é dada uma importância fulcral aos agentes noticiosos na formação da opinião pública, e que ao mesmo tempo são os órgãos de comunicação social que criam uma ideia generalizada sobre determinados assuntos. Por fim, é ainda possível estabelecer como quinta aceção, que a opinião pública não passa de um exercício ficcional. Por esta visão, a opinião não existe e serve apenas o propósito de agentes sociais e políticos na retórica do discurso mediático (Glynn et all, 2016:13-19).

#### **1.4. Livre Comércio**

A ideia de livre comércio está intimamente associada a duas escolas e a duas correntes de pensamento. O conceito de livre comércio tem como matriz a redução de barreiras ao comércio e naturalmente a uma facilitação das atividades comerciais, todavia a definição não é o mais importante nesta discussão. *Free trade* é um debate político, económico e ideológico entre liberais e conservadores.

Um dos lados aborda com cautela a ideia de um comércio livre, menos regulado e com menos normas económicas. Rodrik (2011) considera que o livre comércio não é “a ordem natural das coisas”, lembrando que associar o livre comércio a progresso e à queda do protecionismo é redutor, fácil e muito menos complexo do que a realidade. Não é possível pensar em comércio livre sem ponderar o estado social e a vertente distributiva da riqueza. Se a questão matriz do livre comércio não pode ser assumida apenas pela economia, negar o livre comércio pode não ser automaticamente igual a protecionismo (Rodrik, 2011: 47). Uma das soluções que Rodrik encontra para dar justiça ao livre comércio passa pela consolidação do poder dos estados democráticos. Desta forma, “fortalecer as democracias nacionais é a condição essencial para um mercado livre e global e não um obstáculo a este” (Rodrik,2011:259).

No outro lado do assunto estão os teóricos que consideram o livre comércio como o presente e o futuro das democracias liberais. O pensamento baseia-se em menos regulação comercial e mais facilitação das trocas comerciais, com menos entraves ou barreiras tarifárias e não tarifárias. No fundo é este o paradigma existente na Comissão Europeia, enquadrado no sistema internacional de comércio promovido pela OMC. Os pilares da CE em matéria de comércio assentam num sistema global para comércio aberto e justo, numa abertura de mercados com parceiros chave, num garante do cumprimento

das regras da instituição nesta matéria e no facto de assegurar um desenvolvimento sustentável pela força das trocas comerciais (European Commission,2017a). Pelo facto de estudar o ator institucional Comissão Europeia, esta conceptualização é a que melhor serve o propósito da dissertação.

No meio das duas posições estão teóricos e economistas mediáticos que acrescentam novas indicações ideológicas sobre a questão. Paul Krugman, prémio Nobel da Economia em 2008, posicionou-se desde cedo como apoiante do livre comércio, mas logo em 1987 confessava que o a ideia de *free trade* passou de “ótimo para razoável”, não sendo esta a teoria económica que estava sempre certa. Há 30 anos, Krugman não deixava de considerar o livre comércio como uma forma correta de fazer comércio, todavia o conceito estava longe do que já fora (Krugman, 1987:132). Mais recentemente, o economista exprimia publicamente o seu não apoio ao TPP impulsionado por Obama (Krugman, 2015).

Também Joseph Stiglitz, prémio Nobel da Economia em 2001, desconsiderava a nova vaga de acordos de livre comércio, avisando que as propostas comerciais de acordos como o TPP estariam a colocar os americanos do “lado errado da Globalização” e que este tratado agravaria a desigualdade no país (Stiglitz,2014).



## 2. Enquadramento metodológico

Depois do enquadramento teórico e da operacionalização dos conceitos fundamentais, importa neste capítulo detalhar três elementos (perguntas de pesquisa, objetivos e métodos de trabalho) da nota metodológica que acho pertinente a leitura atenta.

Todo o encandeamento do trabalho está direcionado para responder à questão “Qual o papel da estratégia de comunicação da Comissão Europeia nas negociações do acordo TTIP?”. As perguntas de pesquisa de carácter auxiliar e orientador estão intimamente ligadas aos três grandes temas que o trabalho possui e conseqüentemente suportam a pergunta principal. Desta maneira, o primeiro capítulo que incidirá sobre a génese do TTIP terá a questão auxiliar: “O que é o TTIP?”. No capítulo sobre a comunicação da Comissão Europeia, importa perguntar: “Qual a estratégia de comunicação usada pela Comissão Europeia?”. No terceiro e basilar pilar do trabalho, a comunicação da parceria deve ficar explicada aludindo à questão “Qual a perceção que existe sobre a comunicação do TTIP?”.

Os objetivos do trabalho estão naturalmente em sintonia com as perguntas de investigação. Assim, entender e explicar o papel da comunicação nas negociações e no corpo do acordo TTIP é o objetivo principal. Depois, optei por decompor a ideia principal em três objetivos auxiliares: caracterizar o TTIP; explicar a dinâmica de comunicação da UE e expor a perceção existente sobre a comunicação elaborada em contexto. Devido ao facto de o tema da dissertação estar em constante evolução e de os acontecimentos comportarem uma natureza de incerteza, o objetivo de tornar o trabalho atualizado e de acordo com a realidade foi também um propósito que levei em conta.

De modo a responder da forma mais exata e centrada à pergunta principal de pesquisa, optei por duas vias de investigação. Primeiro, recorri a uma lógica metodológica qualitativa com recurso a entrevistas semiestruturadas (Bray, 2008). A amostra foi elaborada através do método de amostragem de conveniência. Esta definição inclui no universo de entrevistados pessoas particulares e não aleatórias, com o intuito destes poderem vir a facilitar a investigação em curso (Bogdan e Biklen, 1994). A amostra é composta por oito pessoas, divididas em três grupos de indivíduos: dois jornalistas da área internacional, a jornalista de assuntos internacionais do Expresso, Joana Azevedo

Viana e o editor de assuntos internacionais da TVI, Filipe Caetano; um ator institucional com influência no processo, o porta-voz da Comissão Europeia para assuntos de comércio e agricultura, Daniel Rosário e cinco atores políticos sem influência no processo, os eurodeputados Carlos Zorrinho, Pedro Silva Pereira(PS), Miguel Viegas(PCP), Fernando Ruas(PSD) e Marisa Matias(BE). De notar que as declarações dos entrevistados refletem a visão dos papéis que representam. Assim, os eurodeputados emitem a opinião dos partidos que representam, o porta-voz da Comissão Europeia reflete a retórica da instituição comunitária e os jornalistas representam a opinião da classe mas sobretudo a sensibilidade dos próprios, não sendo significativo para a opinião dada a matriz do órgão de comunicação social onde são funcionários.

Com o sentido de uniformizar os resultados das entrevistas e de modo a facilitar o processo de resposta às questões colocadas, a entrevista aos cinco eurodeputados e aos dois jornalistas foi feita via-email, em formato de testemunho. Já o porta-voz da Comissão Europeia aceitou a uma entrevista via chamada telefónica. Nas entrevistas por e-mail, as questões foram divididas numa primeira parte sobre o TTIP de uma forma geral e numa segunda parte sobre a comunicação do acordo para o exterior e o futuro do mesmo. Na entrevista telefónica, a estrutura anterior manteve-se com a adição de uma parte pessoal acerca das funções profissionais do entrevistado. Após a realização das entrevistas foi feita uma análise de conteúdo de modo a extrair os dados que são úteis para a conceção do trabalho. Os contributos serão utilizados ao longo de toda a dissertação.

Em segundo lugar, procedi a uma análise da presença da palavra TTIP no jornal diário Público de Março de 2015 a Março de 2017(anexo B), período correspondente a dois anos de negociações do tratado entre a Comissão Europeia e a Administração dos Estados Unidos da América. Este método teve como objetivos iniciais identificar tendências observáveis quer numa lógica quantitativa, quer numa lógica qualitativa. A reflexão da análise estará inserida no ponto 5.6 no âmbito do capítulo Comunicação TTIP.

À partida para a investigação foram definidos sete critérios fundamentais para o processo e um outro suplementar destinado a observações, que apenas tem a função de auxiliar os restantes. O primeiro critério consiste na data. Neste elemento é possível identificar todos os dias em que a palavra TTIP apareceu no jornal, no período de tempo confinado. De notar que a análise contempla e consagra todas as notícias que possuam uma ou mais vezes a expressão TTIP. Cada entrada na tabela (anexo B) acontece por ocorrência de notícias. Assim, se a palavra TTIP surgir em três notícias, existirão três

entradas na análise com o mesmo dia da edição, diferenciadas por alíneas. No parâmetro data será possível extrair um resultado quantitativo, como a soma total de peças em que o TTIP apareceu, mas também um balanço qualitativo na identificação de *clusters* de notícias associadas a acontecimentos mediáticos.

O critério seguinte consiste no tipo de cobertura jornalística, detalhado em artigos, opinião e editorial. Na definição de artigos enquadra-se todo o conteúdo que não é opinião declarada e mencionada no jornal. Por contraposição, classifica-se como opinião todos os textos definidos como tal. Considera-se editorial quando se identifica o elemento designado editorial no sector designado para tal na edição. O terceiro critério consiste no género jornalístico, intimamente relacionado com o tipo de cobertura jornalística. Assim, quando o tipo de cobertura é designado como “artigos”, o género pode assumir as seguintes hipóteses: notícia, reportagem, entrevista, capa, manchete e opinião. Na categoria notícia cabem essencialmente artigos assinados por jornalistas da publicação, objetivos e que apresentem factos; na categoria reportagem enquadram-se destaques do jornal, compostos por factos e histórias, normalmente com a dimensão superior a uma página. O elemento entrevista possui identificação no jornal e é composto por perguntas colocadas pelo jornalista e respostas dadas pelo entrevistado. No elemento capa cabem os títulos ou pequenos textos na primeira página do jornal, enquanto que no elemento manchete corresponde o maior título da primeira página. A categoria opinião associada ao tipo de cobertura “artigos” corresponde a análises assinadas por jornalistas, associadas à notícia. Quando o tipo de cobertura é designado como opinião, o mesmo pode ser dividido em cartas e opinião. O elemento “cartas” consiste na opinião de leitores numa divisão específica do jornal. O elemento opinião enquadra-se em todos os textos assinados pelo autor no local específico do jornal para a opinião e/ou identificados como tal. Por fim, o tipo de cobertura editorial apenas tem concordância no género jornalístico editorial. A definição destes dois critérios teve por base a análise de cobertura de um meio de comunicação social a um acontecimento público, feita no livro “Jornalismo em Tempo de Crise” por Susana Santos, Gustavo Cardoso e Décio Telo (2016:224-225). Estes dois critérios serão utilizados para perceber de que forma a palavra TTIP surgiu no jornal.

De seguida nomeei os protagonistas principais e secundários, como critério. Como os próprios nomes indicam, estabelece quem é o ator principal do elemento jornalístico e quem é o ator secundário. Importa notar que os protagonistas recolhidos são indivíduos ou conjunto de indivíduos, países, regiões, organizações partidárias,

instituições políticas, associações e empresas, estando excluídos acordos e medidas políticas. Este critério ajudará a sistematizar os protagonistas mais presentes nas notícias quando falamos de TTIP, mas também irá permitir associar o tom/carácter no texto quando surgem certos protagonistas. O quinto critério consiste no autor do elemento analisado. Quem assina o artigo é a única questão presente para preencher a categoria. De notar que existem peças no jornal que não têm assinatura destacada, sendo preenchidas naturalmente com a indicação “sem autor”. Neste parâmetro pode ser extraído quantitativamente a presença de certo jornalista ou cronista quando se fala de TTIP.

Os últimos dois critérios funcionam em dependência constante. Primeiro é necessário indicar se a palavra TTIP integra o artigo ou é tema central do mesmo, estabelecendo como “central ou integrante”. Depois, mediante esta caracterização procede-se à visualização do “tom/carácter no texto”, em positivo, negativo ou neutro. Se o TTIP é tema central, a avaliação do tom/carácter do artigo traça-se a partir do todo. Se o TTIP for palavra integrante do artigo, analisa-se o tom/carácter da frase onde o TTIP aparece. Nesta pesquisa, o tom é associado à opinião, e o carácter associado aos artigos. Para estabelecer objetividade no critério darei um exemplo de tom positivo, um de tom negativo e um de tom neutro. Um tom positivo da palavra TTIP é atribuído quando, por exemplo, se verifica a seguinte frase: “O TTIP não é apenas o grande acordo comercial. Ele é um momento geopolítico essencial de cujo sucesso pode depender o futuro da ordem internacional liberal.” Já um tom negativo é notado quando surge como exemplo, a seguinte afirmação: “Se os EUA ganharem nas suas exigências, acabam os subsídios para agricultores, baixam as regras de proteção laboral, acaba o princípio da precaução em matéria ambiental e talvez fique limitado o nosso regime de proteção de dados pessoais. Parece suficiente para nos despertar o interesse? Pelos vistos, não.” Por fim uma peça com carácter/tom neutro pode conter semelhanças com a seguinte: “Os países estão agora mais focados em seleccionar mercados para fazer trocas comerciais, em vez de se expandirem por todo o mundo. Os acordos preferenciais de comércio, como o TTIP, são disso exemplo”. Quando a peça jornalística tem um carácter central e haja dúvidas na identificação do tom/carácter procede-se a um cálculo, em que afirmações neutras correspondem a 0, positivas a +1 e negativas a -1. Vejamos a seguinte notícia: “Na feira industrial, Obama e Merkel deverão falar na Parceria Transatlântica para o Comércio e o Investimento (TTIP). Ontem, cerca de 16 mil pessoas manifestaram-se em Hanôver contra um acordo que consideram ir nivelar por baixo as normas sanitárias europeias.

Merkel, que apoia o TTIP, defende a manutenção das normas ambientais e de proteção dos consumidores europeias. Para Obama, o TTIP é “um dos melhores caminhos para promover o crescimento e criar emprego”. Neste caso, temos uma frase neutra, uma frase negativa e duas frases positivas, resultando num cálculo final de +1, ou seja, uma notícia com tom positivo. As observações completam a grelha de análise, com informações adicionais do artigo em causa, contudo não constituem elemento analítico.



### **3. Conceito TTIP**

Quando em Fevereiro de 2013 foi composto um relatório pelo Grupo de Trabalho de Alto Nível sobre o Emprego e Crescimento entre a União Europeia e os Estados Unidos, que continha um acordo envolvendo todos os sectores com influência no comércio, estava dado o passo decisivo para a criação do TTIP (sigla em inglês). De seguida, os representantes dos blocos envolvidos, Barack Obama, presidente dos Estados Unidos, Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia à data e Herman Van Rompuy, presidente do Conselho Europeu à data, fizeram uma declaração conjunta a dar conta do acontecimento e iniciavam-se assim as negociações do Tratado Transatlântico de Comércio e Investimento (Arregui, 2015:44).

#### **3.1. Objetivos e características do TTIP**

O *Transatlantic Trade and Investment Partnership* consiste num acordo de livre comércio negociado entre os Estados Unidos e a União Europeia. Como tal, procura a redução ou extinção de barreiras às trocas económicas entre os dois polos, de modo a criar padrões de comércio semelhantes que facilitem a importação e exportação de bens e serviços (Khorana, 2015:11).

Este acordo entre UE-EUA tem por base duas razões objetivas e intrinsecamente ligadas que orientaram de maneira decisiva o nascimento do processo. Em primeiro lugar, a relação comercial entre os dois blocos é a maior do mundo (Hamilton e Pelkmans, 2015:1-2). As trocas existentes entre as duas potências representam cerca de 40% dos fluxos mundiais ao nível do comércio (Cooper, 2014:2). Por consequência, o potencial de exploração e dinamização desta conexão aparece como o segundo ponto basilar. Estima-se que o PIB europeu e americano possa aumentar cerca de 0,5% e 0,4%, respetivamente, e que as exportações aumentem entre 30%-35% (Nilsson e Sousa, 2015:27). Contudo estes números não são consensuais, havendo divergências no impacto económico da parceria nos Estados Unidos e na Europa.

Num resumo sistemático elaborado por Hamilton e Pelkmans (2015), o TTIP pode ser resumido em três pilares fundamentais: acesso ao mercado onde se inserem matérias relacionadas com troca de produtos e serviços; cooperação na regulação onde estão dispostos elementos como a coerência em matéria regulatória, as barreiras técnicas para o comércio, as normas de segurança alimentar, animal e de saúde e a definição de normas

noutros sectores como o automóvel ou industrial. Na terceira linha de negociação estão as normas de conduta/princípios onde se podem encontrar temáticas como o desenvolvimento sustentável, energia, regulamentos sobre a concorrência ou ISDS, o antigo mecanismo que iria proteger os investimentos.

Crescimento e criação de empregos são estes os dois pontos sedutores e basilares no desenvolvimento do TTIP. Tendo em conta o primeiro pilar já mencionado, o relatório “*Trade Sustainability Impact Assessment*”, encomendado pelas entidades europeias, relata projeções de criação de emprego, após assinatura do acordo, de crescimento generalizado praticamente em todos os sectores de atividade, havendo sectores como a indústria, em que se esperam números mais positivos em detrimento de outros. (Ecorys,2016:88-89)

Em matéria normativa e de regulação, referente ao segundo pilar, importa refletir sobre o sector bancário, agroalimentar e químico. Na área bancária, os Estados Unidos da América têm normas mais restritas do que a União Europeia (Arregui,2015:56). Após a crise financeira de 2008, o sistema financeiro norte-americano sofreu apertadas regras de modo a evitar novos problemas económicos. Relativamente ao sector agroalimentar, as questões polémicas passam necessariamente pela liberalização dos “organismos geneticamente modificados”, vulgarmente conhecidos por OGM. Os Estados Unidos e grupos industriais com interesses na área pressionaram a União para deixar cair a regulação e interdição em relação aos produtos que são alterados em laboratório. Em relação aos animais, há a preocupação da União sobre o bem-estar animal, assim como perante a segurança alimentar dos consumidores. Na área dos químicos, muitas vezes intimamente ligada à indústria farmacêutica ou dos cosméticos, a regulação entre EUA e UE é completamente díspar. Existem inúmeras diferenças no controlo dos produtos entre as duas potências, tendo os Estados Unidos uma maior abertura no que toca à utilização de químicos no seu país(Ecorys,2016:264). Segundo o relatório já aqui citado, a dada altura é possível ler: “se observamos com atenção, a REACH(*Regulation on Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals*) é muito mais extensa e detalhada do que a TSCA(*Toxic Substances Control Act*)”, autoridade europeia e autoridade norte-americana, respetivamente. A área industrial está intimamente ligada ao sector do ambiente. Nesta ligação entre sectores, está presente o princípio da precaução que se traduz na seguinte definição extraída: “quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis sobre o ambiente, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser

utilizada (...)” (UNCED, 1992 in Gonçalves, 2013). É neste âmbito que os Estados Unidos têm estado mais reticentes a adotar o princípio da precaução do que a União Europeia (Randall, A., 2009; Wiener et al., 2011 citado por Gonçalves,2013), que tem seguido a norma numa interpretação mais rigorosa possibilitando assim, a utilização da substância após uma bateria de testes rigorosos e com a certeza que o mesmo produto não ameaçará a população e o ambiente. Nos Estados Unidos a lógica inverte-se, o produto pode ser utilizado até prova de ameaça à população em contrário(Arregui,2015:54).

No terceiro pilar referente aos princípios, importa destacar o “*Investor-to-State Dispute Settlement*”, ISDS. O processo de resolução de conflitos consistia na possibilidade de empresas privadas/investidores estrangeiros poderem processar governos alegando que as políticas tomadas causaram prejuízos ou não permitiram lucros(Lee,2015:6). Para as empresas de grande dimensão e corporações multinacionais, esta medida era vista com bons olhos, pois permitiria criar estabilidade face às políticas dos Estados(Arregui,2015:57). Recentemente no Parlamento Europeu, a comissária europeia para o comércio Cecilia Malmstrom atentou nas preocupações dos eurodeputados face ao ISDS em sede de *Comprehensive Economic and Trade Agreement* (acordo de livre comércio entre o Canadá e a União Europeia) e referiu que este processo foi refeito, mantendo nos governos dos estados o direito a regular (European Commission,2017b). Nesta nova reformulação, o sistema ISDS dá lugar ao ICS, *Investment Court System* que assenta em três premissas: a implementação de um sistema judicial público com tribunal de primeira instância e um tribunal de recurso e onde os juízes são nomeados publicamente, ao invés de existir juízes privados; a clarificação das relações entre tribunais nacionais e o ICS, e o facto de assegurar o direito de regular por parte dos Estados. Este sistema está consolidado no CETA e é razoável pensar que o mesmo será transposto para o TTIP, não diminuindo assim o nível de proteção para os Estados-Membros(Koeth,2016:13).

Uma projeção do Conselho Europeu de Relações Internacionais aponta Portugal como um dos países a poder beneficiar mais da afirmação do TTIP. Estónia, Dinamarca e Portugal completam o top 3 de potenciais beneficiados a ganhar com o acordo. O estudo tem em conta sobretudo o peso das exportações de cada país para os Estados Unidos (Dullien, Garcia e Janning,2015:4-5)

### **3.2. Dimensão não económica do acordo**

Imbuído do peso que as relações têm na economia de ambas as potências, estão contidos outros motivos não formais para a existência de uma parceria desta dimensão. As conversações de Doha que se arrastam no tempo e que parecem ter falhado são mais uma razão de vontade triunfal em relação ao acordo. Existia assim uma vontade dos dois atores de readquirir o poder e as vantagens político-económicas que, entretanto, transitaram para as economias emergentes (Villaverde e Maza, 2016:171).

Quanto ao propósito não-económico da parceria, não existe um consenso generalizado. Ainda assim, é possível estabelecer três visões diferentes sobre esta dimensão do TTIP. De Ville e Siles-Brügge (2016) defendem que o TTIP é uma negociação comercial sem precedentes sobretudo pelo nível de “amplitude e profundidade das ambições. Na mesma lógica de pensamento Eliasson e García-Duran, (2016) acreditam num pilar geopolítico muito forte, podendo o TTIP sobrepor-se aos padrões da OMC, tendo a UE e os EUA “a possibilidade de continuar a estabelecer os padrões globais”. Já o eurodeputado Carlos Zorrinho atenta no facto de que o TTIP possa estabelecer padrões de regulação para a globalização, para além de uma vertente económica e comercial. O eurodeputado Pedro Silva Pereira nota uma aposta em termos geoestratégicos entre as duas potências. O eurodeputado Fernando Ruas destaca de igual forma o equilíbrio da ordem mundial que o TTIP pode fomentar assim como o incremento de padrões sociais e ambientais comuns. O porta-voz da Comissão Europeia, Daniel Rosário refere que o TTIP vai para além do que é um acordo de comércio tradicional, não sendo apenas uma questão de abolir tarifas. É possível dizer que o TTIP coloca em negociação questões como a regulação e a padronização comercial, vulgarmente conhecidas como barreiras técnicas, que naturalmente repercutem-se nas normas comerciais das empresas/estados afetados.

O eurodeputado Miguel Viegas destaca a componente não económica, alertando que em sede de TTIP, o que importa para a Comissão Europeia são as “barreiras técnicas” e não as tarifas, sendo que as primeiras são fundamentais para a sociedade. A eurodeputada Marisa Matias destaca o papel das multinacionais dos dois lados do Atlântico em procurar vantagens “até à exaustão”, desmistificando a lógica de parceria honesta e igualitária entre duas potências, e ao mesmo tempo deixando uma nota para o facto de atores exteriores às instituições europeias e aos estados terem influência política na questão. A jornalista Joana Azevedo Viana atentou em alguns pontos controversos do

TTIP que podiam ameaçar o estado de direito e os princípios democráticos, nomeadamente em matérias como os químicos, o mecanismo de regulação de litígios ou a questão do princípio da precaução nos cosméticos.

Na terceira via de pensamento, De Bièvre e Poletti (2016) creem que o TTIP não traz nada de novo e é apenas a continuação da política comercial entre os dois países. Também o jornalista Filipe Caetano considera que devido às dificuldades negociais existentes não há margem de ambição além da vertente económica.

### **3.3. Grandes Tratados de Livre Comércio- Um costume dos últimos anos**

Os últimos 10 anos foram pródigos na iniciativa de tratados de livre comércio. Após 7 anos de longas negociações, o CETA (*Comprehensive Economic and Trade Agreement*) foi assinado entre a União Europeia e o Canadá. Este tratado, que seguia a lógica comum de facilitação das condições comerciais entre as duas potências, sofreu no seu desfecho um derradeiro revés que colocou a Europa em xeque perante o ultimar da parceria. Está regulamentado pela União que um acordo desta natureza tenha de sofrer aprovação dos parlamentos nacionais dos Estados-Membros (European Parliament, 2016:5-7). Contudo na Bélgica, obter luz verde para a legislação passa igualmente pela aprovação dos parlamentos regionais do país. Aqui residiu o problema. A região da Valónia colocou a parceria em causa, recusando-se a dar o seu aval (Van der Loo e Pelkmans,2016). Esta posição foi ultrapassada e em Outubro de 2016 o tratado pôde finalmente ser rubricado. Todavia, esta incidência colocou dois alertas no seio da União Europeia. Primeiro, o facto de uma pequena região de um estado-membro sobrepor-se à vontade dos restantes 27 estados e das próprias instituições europeias. E depois, a ideia que sete anos de intenso trabalho conjunto podem ser desperdiçados no espaço de um dia. Perante os pares da União no mundo, ficou latente a fragilidade de unidade como objetivo político que é a União Europeia.

Precisamente para evitar no futuro este tipo de embaraço político, Juncker propôs uma aprovação rápida deste tipo de acordos de comércio, de modo a evitar a aprovação política por parte dos parlamentos nacionais nos estados-membros. Esta embrionária alteração política promete ser uma matéria sensível na opinião pública, nomeadamente nos países onde os acordos de livre comércio têm sido atacados ferozmente(Burchard,2017).

O CETA vai entrar em vigor na sua plenitude e segundo a opinião dos eurodeputados Carlos Zorrinho, Pedro Silva Pereira e Fernando Ruas este é um acordo caracterizado pela ambição alcançada e que servirá de referência para os novos tratados comerciais. Também o eurodeputado Miguel Viegas considera que infelizmente o CETA será o padrão negocial em acordos deste tipo no futuro. Por seu lado, a eurodeputada Marisa Matias gostaria que este acordo entre o Canadá e a UE não fosse a referência quer no texto final quer no processo tal como foi conduzido. O porta-voz da Comissão Europeia, Daniel Rosário considera que não existem formatos universais de acordos de livre comércio, mas afirma perentoriamente que o nível de ambição e de abrangência alcançado no CETA é para replicar no futuro.

O TiSA é outro acordo que envolve a União Europeia de forma global. Trata-se de um tratado de livre comércio que engloba 22 países pertencentes à Organização Mundial de Comércio e a União Europeia (European Commission, 2015a). As negociações começaram em 2013 e prevê-se que tenha ainda um longo caminho a percorrer.

O TPP é o parente mais próximo do TTIP em matéria de livre comércio. Era composto pelos Estados Unidos e pelos países no Pacífico e procurou estabelecer um campo comercial mais sólido e flexível entre as nações envolvidas. O surgimento da China como uma nação comercial muito forte contribuiu para que os Estados Unidos e os países parceiros negociassem um documento comum (Bown, 2017:2). Com a eleição de Donald Trump, os moldes do tratado foram rasgados e formalmente os Estados Unidos da América abandonaram o *Trans-Pacific Partnership* (Garcia, 2017).

Apesar da acalmia ainda existente em sede de TTIP, a Comissão Europeia não ficou parada em acordos de comércio em larga escala. Além da formalização do CETA, a União Europeia estabeleceu um acordo comercial com o Japão, tratado este, visto como uma resposta da UE ao impasse das negociações com os EUA. Iniciadas em 2012, as negociações entre as potências europeia e nipónica estavam paradas, contudo parece ter sido a eleição de Trump o estímulo que faltava para os dois lados colocarem as diferenças de lado e estabelecerem um acordo de comércio livre e, ao mesmo tempo uma parceria de cooperação em diversas áreas como as alterações climáticas (BBC, 2017).

Tudo indica que a via de futuro para tratados comerciais continue a passar pelos moldes já aqui expostos, contudo há uma porta aberta para a União Europeia inverter esta estratégia. Durante largos anos, a política comercial foi influenciada pelo governo

britânico, que através do comissário britânico para assuntos do comércio Mandelson, privilegiou os acordos comerciais bilaterais, como é o caso do TTIP, em detrimento dos tratados multilaterais (Siles-Brügge,2017:11). Com a saída do Reino Unido do espaço comunitário europeu, a UE tem caminho aberto para modificar a política comercial, se assim o entender.

### **3.4. Estado político atual do TTIP**

A posição europeia nunca se alterou em relação ao tratado. Desde o início a União Europeia procurou levar a bom porto um acordo com os Estados Unidos que beneficiasse as duas partes, mas sem nunca prejudicar os princípios e os valores basilares da sociedade europeia (European Commission,2015b). O desejo de Ignacio Garcia Bercero, negociador-chefe da Comissão Europeia para a Parceria Transatlântica de Comércio e de Investimento, era fechar a parceria com o ex-presidente norte-americano Barack Obama, contudo as dificuldades na negociação e as diferenças muito substantivas em algumas matérias ditaram um prolongamento e uma suspensão de conversas. (Sousa, 2016). O porta-voz da Comissão Europeia, Daniel Rosário alinha pela mesma lógica de pensamento e reitera que em áreas fulcrais, como o acesso de empresas europeias aos mercados públicos norte-americanos, existiram muitas barreiras na negociação com Obama, não se esperando que com a nova administração americana estas questões se possam inverter.

Também do lado americano, são reconhecidos os problemas que separam os dois polos de um entendimento total. A agência governamental responsável por aconselhar e desenvolver a política comercial, regista os objetivos que impulsionaram o TTIP, contudo alerta que existem diferenças essenciais e que serão necessárias negociações em matérias fundamentais para que exista uma conclusão feliz entre as duas potências (Office of the United States Trade Representative, 2017:136).

A comissária Cecilia Malmstrom assumiu a pausa nas negociações, mas reiterou em várias ocasiões que Trump não “matou” o TTIP, estando apenas este a “descansar”. Quer em entrevistas à imprensa, quer em colóquios públicos, a comissária europeia para assuntos do comércio sugere que é necessário tempo para a nova administração tomar conhecimento de todas as pastas (Ollila, 2017).

A sensibilidade dos eurodeputados, quando inquiridos sobre a influência que Trump pode ter nas negociações do TTIP, mostra o paradigma da posição partidária que

representam. Os eurodeputados do PS, Carlos Zorrinho e Pedro Silva Pereira mostram-se cautelosos em prognósticos, todavia acreditam numa retoma das negociações, mesmo que esta se faça depois de Trump. O eurodeputado do PSD, Fernando Ruas, crê convictamente que seja possível retomar o TTIP independentemente de quem lidere o processo. Num polo oposto, Marisa Matias e Miguel Viegas, eurodeputados do BE e do PCP, respetivamente, acreditam que a morte do TTIP fosse a melhor solução para o TTIP. A dinâmica parlamentar em Portugal é semelhante à opinião dos eurodeputados aqui explanada.

O estado político do TTIP não depende apenas da nação que se encontra do outro lado do Atlântico. A saída do Reino Unido da UE que se formalizará nos próximos anos pode impactar nas premissas que a União Europeia tem para como o TTIP. Para já existe a certeza que até o Reino Unido abandonar a União, a Comissão Europeia continuará a negociar com os Estados Unidos da América em nome dos 28 estados-membros.

Quando a UE passar a contar com 27 estados-membros, existirá, antes de tudo, uma falha financeira considerável no orçamento comunitário, aproximadamente 10 mil milhões por ano, que caberá às instituições europeias suprir, quer através da distribuição deste montante pelos restantes estados-membros quer pela diminuição do valor total da verba anual (Haas e Rubio, 2017:17). Além da dimensão económica, a União perde um dos estados-membros mais influentes no que à diplomacia diz respeito (Koenig, 2016:15). Conjugados todos estes elementos, é válido pensar que o Brexit poderá ter um impacto substancial no valor potencial do TTIP, levando a que a Comissão Europeia tenha de reformular a sua estratégia defensiva e ofensiva na mesa das negociações (Bowles, 2017:2).

Aguardar e esperar para ver parecem ser os verbos de ordem quanto ao estado atual do acordo. Parece claro que as dificuldades negociais significativas que existiam com Obama não se esperam que se agilizem com Trump. Se o TTIP está “congelado”, como é dito pela comissária europeia Malmstrom, só valerá a pena voltar a aquecê-lo se existirem sinais positivos para tal.

## 4. Comunicação Institucional da Comissão Europeia

Para analisar corretamente a influência da comunicação da Comissão Europeia no projeto TTIP, importa detalhar a estratégia de comunicação no passado mais recente. Quando Durão Barroso é escolhido para liderar a Comissão Europeia, a comunicação do órgão assume um protagonismo que não tinha. Até aqui, a tarefa de informação e comunicação era uma responsabilidade que nenhum comissário queria (Smith,2007:233). Margot Wallström é nomeada 1ª vice-presidente com as pastas das relações institucionais e estratégia de comunicação, e a seu cargo fica a responsabilidade de reformular a política de comunicação assim como constituir e fornecer a Direção Geral de Comunicação das competências essenciais para o trabalho necessário (Kies, 2016:21). Por consequência, Wallström lançou um “livro branco” sobre a política de comunicação da Comissão Europeia. Neste documento que expôs a proposta da Comissão para implementar um novo paradigma político, a instituição assentou como prioridades cinco domínios de ação conjunta: “definir princípios comuns para as atividades de comunicação sobre questões europeias; implicar os cidadãos; trabalhar com os meios de comunicação e utilizar as novas tecnologias; compreender a opinião pública e trabalhar em conjunto” (Comissão Europeia, 2006). No balanço dos cinco anos em que esteve em funções, a 1ª vice-presidente confessou a sua satisfação pelo sucesso das medidas implementadas ao nível de comunicação, que assentaram sobretudo no envolvimento dos cidadãos, quer na informação, quer na participação. Margot Wallström apontou para o trabalho feito como as fundações de uma política de comunicação que demora a ser finalizada, concluindo ainda que a Comissão irá construir sobre o que foi feito no primeiro mandato de Durão Barroso (European Commission, 2009a:3).

Contudo, as esperanças de Wallström não passaram de intenções. O segundo mandato de Durão Barroso ficou marcado por um decréscimo de importância no que à política de comunicação diz respeito. A pasta da comunicação da Comissão Europeia foi atribuída à Comissária da Justiça e dos Direitos Fundamentais dos Cidadãos, Viviane Reading, que pela natureza da pasta, teve de assumir responsabilidades em diversos universos, ficando para segundo plano a política de comunicação (Kies, 2016:31).

Com a entrada de Juncker na Comissão Europeia em 2014, a comunicação sofreu alterações de fundo. A Direção Geral da Comunicação e o Serviço de Porta-Vozes está hoje sob a responsabilidade do Presidente da Comissão (European Commission,2014b).

A DG COMM tem hoje uma relação mais estreita com o líder máximo da Comissão, facto que não acontecia no mandato anterior. Como parte integrante da DG COMM, o SPP (*The Spokesperson's Service*) reporta de igual forma ao Presidente, sob orientação de um responsável pelos porta-vozes, que coordena e gere o colégio dos porta-vozes (European Commission,2014b).

No mandato de Durão Barroso, cada porta-voz estava ligado a um comissário europeu e possuía funções de interlocutor com os media, muitas vezes em substituição do próprio comissário. Com Juncker, “os membros da Comissão são os rostos públicos, e os melhores defensores e porta-vozes das políticas da Comissão.” (European Commission,2014b:10). Assim, esta alteração permite que os próprios comissários passem a ter uma voz mais ativa e livre dentro do seio da Comissão. No fundo, os porta-vozes assumem o papel de funcionário da Comissão por temática e não o papel de auxiliares políticos, ganhando ao mesmo tempo independência na interação com os gabinetes. Cada comissário passa sim a contar com um assessor de comunicação que se reúne semanalmente com o chefe dos porta-vozes de modo a preparar os comissários para as ações com os media.

No mandato corrente de Jean Claude Juncker, o trabalho do porta-voz da Comissão Europeia assume duas dimensões de atuação, para o interior e para o exterior. Daniel Rosário, porta-voz da Comissão Europeia para assuntos de comércio e agricultura refere que o contacto com os media e a reflexão do trabalho nos meios de comunicação é apenas “a ponta do icebergue” no trabalho de um porta voz. Internamente, é competência deste agente posicionar a Comissão da melhor maneira sobre determinado assunto, um procedimento que obedece a uma identificação da temática, seguida de uma preparação sólida do ponto vista técnico e um acompanhamento político firme e por fim explicado de uma forma compreensível para os cidadãos europeus. No contacto com os media, num plano exterior, compete ao porta-voz ajudar a contextualizar os jornalistas, fornecer as explicações necessárias, podendo proceder a uma eventual citação do porta voz, para que o trabalho dos jornalistas reflita a posição oficial da Comissão.

#### **4.1. Direção Geral para a Comunicação**

A Comissão Europeia está dividida numa componente política liderada pelo Presidente Juncker, secundada por um colégio de 28 comissários europeus responsáveis pelo mesmo número de pastas. Para a componente técnica existem 53 departamentos/

agências executivas com um vasto leque de responsabilidades. A comunicação da Comissão está a cargo da Direção Geral para a Comunicação, intitulada DG COMM.

A Direção Geral para a Comunicação é um departamento responsável por “explicar as políticas da UE para o público exterior” (European Commission, sem data.a). No site oficial da DG COMM é possível visualizar todas as responsabilidades afetas ao departamento, incluindo vertentes de comunicação interna, como informar a Comissão sobre a opinião pública ou coordenar projetos com outras instituições ou países europeus, mas também aspetos de comunicação externa como a difusão de mensagens para os media e para o público.

No organograma da Direção Geral para Comunicação (anexo A) está presente as responsabilidades de cada funcionário no setor do organismo onde trabalha. A DG COMM é liderada por Timo Pesonen, diretor geral da instituição, e que neste mandato (2014-2019) reporta o trabalho realizado ao responsável máximo pela Comissão Europeia, o Presidente Juncker. Na estrutura interna, Pesonen é auxiliado por dois adjuntos que coordenam três áreas da delegação. Margaritis Schinas é o responsável pelos porta-vozes e assume de igual forma a pasta da estratégia de comunicação, onde se inclui a monitorização da atividade dos media, a gestão do site oficial e a manobra concreta das atividades comunicativas. Sixtine Bouygues coordena as representações da Comissão Europeia nos 28 estados membros e as iniciativas com os cidadãos como os Diálogos com os Cidadãos, as visitas turísticas à Comissão Europeia e a informação geral aos cidadãos. A cargo do Diretor Geral fica ainda a pasta dos recursos, onde se insere a parte burocrática e logística do departamento (DG COMM, 2017).

#### **4.2. Comunicação em 2017**

O plano estratégico da Comissão Europeia para a Comunicação é traçado num horizonte temporal de quatro anos. Assim, o ano de 2017 está inserido na estratégia 2016-2020 da Direção Geral de Comunicação. Este plano tem uma premissa central de orientação: o facto de os cidadãos conhecerem os seus direitos e de perceberem que a União Europeia está a trabalhar para melhorar as suas vidas de modo a que as suas vozes sejam ouvidas em sede comunitária (European Commission, 2016a).

Relativamente a 2017, a missão de comunicação é estabelecida segundo três pilares: ouvir; aconselhar e envolver. O primeiro consiste num trabalho de recolha de informação de modo a dotar os serviços responsáveis de todas as competências

necessárias. Assim, é neste ponto que se insere a análise da cobertura dos media em relação às intervenções dos comissários europeus; serviços audiovisuais; análise de documentos políticos e económicos; eurobarómetros e monitorização dos media de uma forma geral. O pilar aconselhar procura coordenar e assegurar uma comunicação uniforme entre todos os canais e os atores comunicativos. Desta forma, a política digital, as ações de comunicação aos media, a coordenação das redes de comunicação dos comissários e a comunicação profissionalizada nos serviços existentes são elementos integrados deste ponto. Por último, aparece o pilar envolver, onde a comunicação procura ser mais prática e quer colocar no mesmo lado cidadãos e responsáveis políticos. Desta forma, é neste terceiro componente que aparecem as iniciativas de diálogo com os cidadãos, *social media*, *back to school*, visitas guiadas às instituições ou a mera publicação de documentos. Em jeito de resumo, o primeiro pilar comporta uma função de comunicação interna, enquanto que o segundo e o terceiro assumem uma política de comunicação externa focada nos cidadãos, nos media e nos denominados *stakeholders* (European Commission, 2016a).

#### **4.2.1. Comunicação de 2º pilar**

No segundo pilar de comunicação está definida a coordenação da mensagem que a Comissão Europeia quer transmitir para os media, para os cidadãos europeus e para as pessoas no geral. É nesta ótica que os funcionários do departamento trabalham para assegurar a coerência digital e a passagem da mensagem pretendida tendo em conta o objetivo de alcançar a solidez comunicativa (European Commission, 2016a).

O trabalho de garantir a coerência comunicativa é sobretudo direcionado para quem fala em nome da Comissão Europeia fora da esfera de unidade institucional. Desta forma, comissários europeus, porta-vozes da Comissão e chefes da Representação da Comissão Europeia nos estados-membros são o alvo do trabalho desta categoria de comunicação. A coerência comunicativa é uma extensão das dez prioridades políticas do Presidente da Comissão Europeia para o ano em questão, servindo de base o discurso do Estado da União, realizado anualmente (European Commission, 2016a). Até ao aparecimento da internet, conjugado com a importância da comunicação online para as massas, a concertação da comunicação tinha expressão fundamentalmente no contacto com os media. A visita a Portugal da Comissária para o Comércio, Cecilia Malmstrom foi um excelente exemplo de comunicação única e concertada. A comissária concedeu entrevistas ao jornal Público, ao Diário Notícias e ao programa da SIC, os Europeus. Nas

três exposições aos media as respostas às questões foram semelhantes, transmitindo uma mensagem singular. Fora do terreno mediático, Malmstrom esteve numa audiência na Assembleia da República e num Diálogo com Cidadãos (elemento do pilar envolver), onde expôs os mesmos pensamentos e as mesmas ideias que tem vindo a publicitar.

Hoje em dia a vertente de comunicação nos media e em espaços controlados, como palcos políticos, mantem o protagonismo de outrora, contudo em concorrência ou complementaridade com o plano online. A face mais visível e próxima dos porta-vozes da mensagem da Comissão (comissários, porta-vozes e chefes de representação) está sobretudo nas redes sociais, e é através delas que se pode observar a comunicação coordenada assegurada pela DG COMM. Assim, é importante para o departamento assegurar a comunicação certa, mas também assegurar sintonia desta mesma comunicação nas diversas redes sociais em que a pessoa em causa está presente.

Se a comunicação com os media, transversal às últimas décadas, não apresenta segredos para o departamento de comunicação da Comissão, a nova comunicação digital já não é assim. Esta frase assenta no facto de “construir uma presença digital coerente da Comissão Europeia, implementando a transformação do programa digital” (European Commission, 2016a:9), surgir como objetivo número um no segundo pilar do plano da DG COMM para 2017.

#### **4.2.2. Comunicação de 3º pilar**

Como explicitarei na exposição sobre o plano da DG COMM para 2017, o pilar envolver é a vertente mais prática e visível da comunicação da Comissão Europeia. Uma das iniciativas integrante é o Diálogo com os Cidadãos. Este projeto impulsionado por José Manuel Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia entre 2004 e 2014, procurava dar a palavra aos cidadãos europeus de modo a estes conversarem com responsáveis políticos europeus sobre o projeto europeu que idealizavam. Os debates, que integraram o Ano Europeu dos Cidadãos em 2013, começaram em Setembro de 2012 na cidade espanhola de Cadiz, com a presença da Vice-Presidente da Comissão Viviane Reding num debate sobre economia e solidariedade (European Commission, 2014a). Em Portugal, o Diálogo com os Cidadãos já se realizou por onze vezes em cidades como Lisboa, Porto Braga, Coimbra e Funchal.

Outro projeto que compõe este último pilar é o *Back to School* ( regresso à Escola). A iniciativa consiste na visita de funcionários ou ex-funcionários das instituições

europeias à escola onde estudaram, para falar e conversar com os alunos atuais sobre as opções de carreira que tomaram, o trabalho que realizam atualmente e o estilo de vida que possuem como trabalhadores da União Europeia. Esta atividade com 10 anos de existência foi criada pela Comissão Europeia em parceria com o governo alemão, como forma de assinalar os 50 anos do Tratado de Roma (European Commission, 2009b). Em Novembro de 2016, a ex-secretária de estado dos Assuntos Europeus, Margarida Marques visitou uma escola no Bombarral, na qualidade de ex-funcionária da Comissão Europeia e partilhou com três turmas do ensino secundário a sua experiência profissional e pessoal. Só no ano de 2015, cerca de 700 funcionários da União regressaram à escola e conversaram com 100 mil alunos (República Portuguesa, 2016).

As visitas guiadas às instalações da Comissão Europeia são um elemento importante na matriz do pilar envolver. No *European Commission Visitors' Centre* existem três tipos de visita para grupos, direcionada pelo tipo de conhecimento que cada indivíduo possui ou apenas pela sua classe profissional. Assim, a visita geral está mais direcionada para estudantes mais novos, a visita temática para estudantes universitários ou determinados grupos de interesse e a visita personalizada para jornalistas, profissionais políticos ou grupos profissionais privados. Este serviço da Comissão não tem custos para o cidadão europeu e possui tradução em qualquer língua falada na União (European Commission, sem data.b)

O pilar envolver comporta uma vertente digital muito forte nos dias de hoje. O departamento de Comunicação tem a responsabilidade de gestão de conteúdos nas redes sociais da Comissão Europeia assim como a autonomia e competência para desenvolver os sites Europa.eu e ec.europa.eu. No Facebook com mais de 740 mil gostos, no Twitter com mais de 795 mil seguidores, no Instagram com mais de 63 mil seguidores e no Youtube com mais de 41 mil subscritores, a Comissão Europeia dá às redes sociais uma importância notória, alimentando-as com informações diárias e constantes.

### 4.3. Resultados preliminares da nova estratégia de comunicação

Através da realização de eurobarômetros, a Comissão Europeia conseguirá tirar algumas conclusões sobre o sucesso da nova política de comunicação, alicerçado nas alterações já aqui expostas, relativamente aos mandatos anteriores.

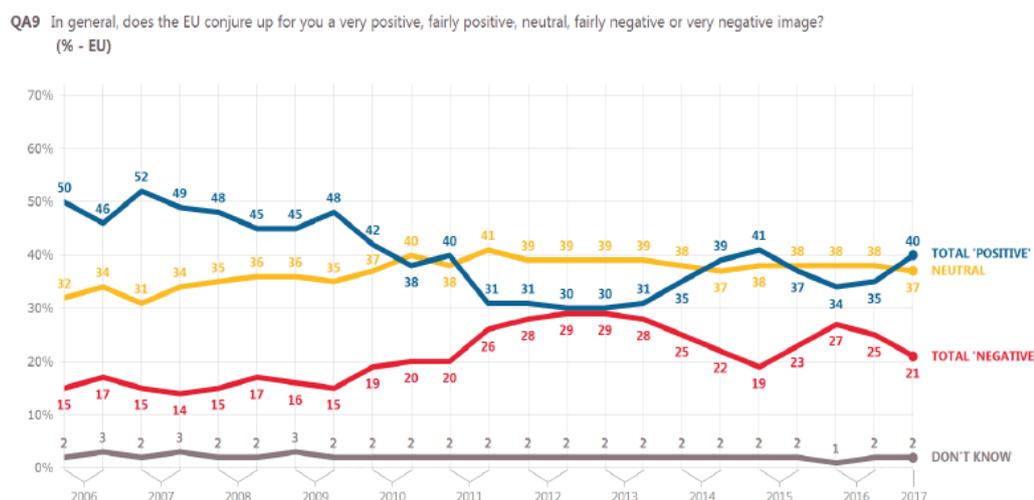


Figura 4.3.1: Imagem que os europeus têm da União Europeia (2006-2017)

Fonte: European Commission, 2017c:17

Como se pode ver na figura 4.3.1, os últimos 6 anos não têm sido agradáveis para a União Europeia relativamente à imagem da instituição refletida nos 28 estados-membros. Nos últimos 2 anos e refletindo as decisões da nova Comissão Europeia, a tendência inverteu-se e existe em 2017 um aumento da percentagem de europeus que tem uma imagem positiva da UE, levando a que, conseqüentemente, a percentagem de pessoas que tem uma imagem negativa da instituição europeia tenha diminuído. Se estes dados dão bons sinais à Comissão Europeia em particular, mais interessante é constatar que esta tendência positiva está alicerçada na opinião de países com considerável peso geopolítico como a França, Luxemburgo, Dinamarca, Alemanha, Suécia e Espanha (European Commission,2017c:17)

QA8a I would like to ask you a question about how much trust you have in certain institutions. For each of the following institutions, please tell me if you tend to trust it or tend not to trust it.  
 (% - EU - TEND TO TRUST)

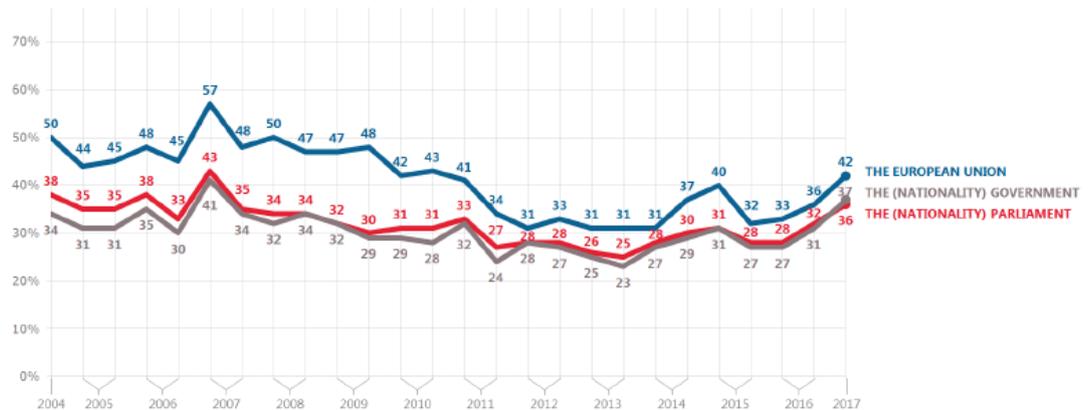


Figura 4.3.2: Confiança dos europeus na União Europeia, no governo nacional e no parlamento nacional em percentagem (2004-2017)

Fonte: European Commission, 2017c:14

Pela observação da figura 4.3.2 do indicador “confiança” ao longo dos últimos 13 anos, também é possível notar uma tendência de crescimento dos europeus em confiar na União Europeia. Os valores registados apenas encontram paralelo em 2010/2011 e numa altura de quebra clara. Os efeitos da nova política de comunicação não tiveram resultados imediatos, todavia o trabalho realizado parece estar a ter repercussões em 2017 e naturalmente é de esperar que o próximo eurobarómetro confirme esta subida de confiança (European Commission, 2017c:14).

## **5. Comunicação TTIP**

### **5.1. Cronologia do paradigma comunicacional**

Como foi mencionado anteriormente, o acordo transatlântico entre a União Europeia e os Estados Unidos da América começou a ser negociado em 2013 e atravessa atualmente em 2017 um período de pausa. Durante estes cinco anos de conversações, a Comissão Europeia foi gerida pela administração Barroso e pela administração Juncker, atualmente em funções. Como tal é impossível dissociar a estratégia de comunicação do TTIP da variável tempo e conseqüentemente do titular da Comissão Europeia.

Antes da análise concreta da “comunicação TTIP”, importa destacar alguns atores fundamentais neste jogo político. De 2013 a 2014, Durão Barroso era o presidente da Comissão Europeia e era auxiliado em matéria de comunicação pela comissária da Justiça e dos Direitos Fundamentais dos Cidadãos, Viviane Reading e em matéria de comércio pelo comissário Karel de Gucht. De 2014 até hoje, Jean-Claude Juncker é o presidente da Comissão e o responsável pela comunicação, enquanto que a pasta do comércio está entregue à Comissária Cecilia Malmström.

Como vimos no capítulo da Comunicação da Comissão, há diferenças substantivas entre a “Comissão Barroso” e a “Comissão Juncker”, nomeadamente em matéria de titulares das pastas, serviço de porta-voz ou importância da Direção Geral de Comunicação. Em matéria de acordos de comércio, como é o caso do TTIP, existe uma articulação constante entre a comissária responsável pelo comércio e o aparelho de comunicação, contudo certas decisões políticas tomadas pelos comissários podem influenciar o desenrolar da comunicação política do tratado.

No momento em que a Comissão Europeia partiu para a negociação com os Estados Unidos da América, possuía legitimidade, autoridade e um mandato negocial conferido pelos estados-membros, que continha objetivos, ambições e linhas vermelhas. Devido à intransigência de alguns países no Conselho, o comissário Karel de Gucht não divulgou publicamente o mandato que a UE tinha para negociar este tratado, levando a que este documento de intenções ficasse escondido da opinião pública por 18 meses (Bowles,2017:1).

Dias depois da tomada de posse da presidência Juncker, Cecilia Malmström expôs esse mesmo mandato negocial, numa inversão clara de paradigma até então aqui seguida.

Em Outubro de 2014, o Conselho da União Europeia, órgão legislativo que reúne os ministros dos 28 consoante o tema em discussão e que é elo de ligação entre o parlamento e a Comissão Europeia, informava as delegações dos estados-membros das novas alterações gerais em matéria de comunicação no âmbito da nova administração Juncker. A informação divulgada estendia-se também ao novo paradigma comunicacional do TTIP, com grande foco na desclassificação das diretivas negociais.

As indicações do Conselho assentavam sobretudo em mais transparência e mais informação por parte das autoridades para com os cidadãos europeus. No documento é reconhecida a falta de credibilidade que afetava o TTIP, as dificuldades que a Comissão tinha em mostrar benefícios do acordo e a falta de recursos comparativamente à oposição do acordo transatlântico. A estes desafios juntava-se o facto de existir um ceticismo geral, uma má perceção por parte das pessoas e uma cobertura atenta, mas negativa dos media acerca do TTIP (Council of the European Union, 2014:3-8).

Os problemas estavam identificados e as soluções elaboradas. No mesmo documento, o Conselho da União Europeia reportava o compromisso da Comissão Europeia em melhorar as relações com os media, assegurar uma coordenação de comunicação entre os diversos serviços da Comissão, organizar debates sobre o tema, alargar o debate da comunicação e da transparência noutros comités e estabelecer uma ligação com os estados membros em matéria de fornecimento de informação, entre outras medidas. Existia também o compromisso da DG COMM e da Direção Geral de Comércio, liderada pela Comissária Malmström, em continuar a colocar a comunicação do TTIP como prioridade no próximo ano, aludindo que o acesso dos estados-membros aos documentos da negociação iriam melhorar, não sendo à data os ideais. As direções gerais consideravam ainda que a cooperação com os estados-membros era crucial para o sucesso da negociação (Council of the European Union, 2014:3-8).

Em Novembro de 2014, a Comissão Europeia comunicava as novas alterações de comunicação legitimadas anteriormente pelo Conselho da União Europeia e por sua vez pelo Parlamento Europeu. O novo padrão girava em torno de mais transparência e consequentemente era alicerçado em quatro pilares elencados. A Comissão considerava fundamental o acesso do público a mais documentos sobre a negociação do TTIP; a revisão da classificação destes mesmos documentos; a partilha de informação com o Parlamento Europeu e outras ações de transparência relacionadas com envolvimento dos cidadãos. Através deste documento, a Comissão Europeia assinala o lançamento destas

iniciativas como parte de um “*fresh start*” em relação ao TTIP (European Commission, 2014c:2-4).

Não havia dúvidas que a União Europeia queria dar um sinal de mudança de paradigma em relação à comunicação do TTIP para o interior e para o exterior. Contudo permaneciam as dúvidas quanto à reação tardia das instituições face ao início das negociações. O Comité Europeu das Regiões, órgão consultivo da UE constituído por associações locais e regiões dos estados-membros, louvou a tomada de posição em busca de maior transparência, todavia lamentou que estas ações ocorressem meses depois de uma fuga de informação onde era exposta precisamente esta inversão dos acontecimentos, retirando de alguma forma o impacto desejado na opinião pública (Schneider,2015:202).

O porta-voz da Comissão Europeia para assuntos de comércio, Daniel Rosário refere que o facto de o mandato negocial não ter sido tornado público desde o início por parte da Comissão Europeia foi um dos erros que se cometeu. Sendo o mandato secreto, não era possível desmistificar muitas ideias que se foram criando na opinião pública. Rosário lamenta ainda para o facto de os estados-membros não terem sido suficientemente lesto em decidir tornar público este documento. (...) “Quando o fizeram já era demasiado tarde, já muitos destes mitos em torno do que estava ou não a ser negociado já se tinham cristalizado na opinião pública “. Ainda assim, Daniel Rosário considera que se alcançou a partir do final de 2014, principio de 2015, “um nível de transparência sem precedentes e sem comparação a nível mundial”. Além das medidas já faladas anteriormente, foi desenvolvido em 2014, um *advisor group*, que reúne 16 representantes/ especialistas nas mais variadas áreas de intervenção do TTIP como é o caso dos setores comerciais, industriais, automóvel, têxteis, ambiental ou agroalimentar. Luísa Santos, profissional experiente no setor dos têxteis em Portugal, faz parte deste grupo como Diretora das Relações Internacionais da BusinessEurope, uma associação comunitária que engloba diversas empresas europeias. As reuniões têm o propósito de fornecer o *feedback* aos responsáveis pelas negociações do TTIP e ao mesmo tempo adequar os interesses de cada setor aos objetivos negociais. O grupo de aconselhamento tem um carácter consultivo e é conduzido pelo negociador-chefe Ignacio Garcia Bercero (European Commission, 2014d). A última reunião teve lugar em Março de 2017.

A Comissão Europeia tinha o plano A de comunicação assente na premissa de “mais empregos, mais crescimento económico”. Contudo não se esperava que este plano não adotasse tração na opinião pública e sobretudo que obrigasse a Comissão a decidir

por um plano B, com base na transparência de modo a fortalecer a voz da UE. Este raciocínio indica que o órgão mandatado para conduzir as negociações não conhecia o que os europeus queriam e não negociou com os Estados Unidos de uma forma transparente, invertendo passado uns meses este modus operandis (van Ham, 2016:3).

Daniel Rosário, porta-voz da Comissão Europeia, considera que esta inversão de paradigma foi a constatação de um facto. “Percebeu-se que não havia razão para continuar a fazer as coisas como anteriormente, não porque que houvesse alguma coisa a esconder, mas porque continuar a fazer como anteriormente permitia alimentar algumas ideias, alguns receios, algumas suspeitas (...)”. No fundo, a Comissão Europeia acompanhou a mudança que existiu na opinião pública nomeadamente no crescimento do interesse das populações nas questões comerciais. O porta-voz confessa que o trabalho que tem sido feito em matéria de transparência é exemplar ao nível europeu e até mundial. Ainda assim, Rosário admite que existiu uma “uma reação tardia para ter uma política de transparência e de inclusão”.

Como ficou claro, as iniciativas pautadas por mais transparência eram de igual forma direcionadas para as instituições europeias, nomeadamente para o Parlamento Europeu. Importava assim perceber se os eurodeputados sentiram que lhe foram dadas todas as informações pretendidas sobre o acordo por parte da Comissão. O eurodeputado Fernando Ruas afirma que nunca teve dificuldade em aceder ao que pretendia, tendo reuniões com o representante da UE nas negociações onde era possível obter esclarecimentos e informações. Já o eurodeputado Pedro Silva Pereira salienta o trabalho que foi feito pelo Parlamento Europeu e pela opinião pública em pressionar a Comissão, de modo a que os eurodeputados tivessem acesso a documentos sobre a negociação, facto este sem precedentes. Por outro lado, a eurodeputada Marisa Matias confessa a insuficiência de informações que foram prestadas aos membros do Parlamento Europeu. Segundo Matias, os parlamentares iam tendo conhecimento dos conteúdos através das fugas de informação. Também a eurodeputada bloquista salienta o trabalho da opinião pública em busca de mais transparência, dado que viria acontecer através do acesso dos eurodeputados a uma sala onde podiam consultar o acordo original “sobre apertadas regras de segurança e vigilância”. O eurodeputado Miguel Viegas faz igualmente referência a esta sala de leitura, contudo reitera que o que existia neste espaço eram os documentos menos importantes, visto que os mais importantes nunca foram revelados. Ainda assim, Viegas considera, que o que foi tornado público,

é suficiente para dizer que o acordo é “profundamente lesivo para a UE e para Portugal”. O eurodeputado Carlos Zorrinho não pôde avaliar a disponibilidade de acesso, visto não lidar particularmente com estas matérias.

## **5.2. A importância dos movimentos Anti-TTIP**

Como se percebe, a opinião pública teve um papel muito relevante na dinâmica comunicacional como interlocutor da mensagem. Neste caso, as organizações contra o TTIP e contra as premissas em que assentavam as negociações da União com os Estados Unidos foram atores determinantes em fazer valer o seu ponto de vista e de alguma forma a condicionar a manobra de atuação da Comissão Europeia.

As organizações Anti-TTIP pautaram o discurso de atuação na lógica de falta de transparência e de existir “um acordo a ser negociado nas costas dos europeus”. Aliado a este pilar comunicativo esteve o lançamento de suspeições em torno de medidas que poderiam estar a ser incluídas na negociação. Como foi referido anteriormente no capítulo “Conceito TTIP”, certas medidas, como a liberalização de certos químicos, o ISDS ou a possível privatização de elementos sociais dos países, foram lançadas para o espaço público causando algum temor sobre o que poderia estar a Comissão a negociar. Os media começaram a fazer eco destas questões, obrigando a Comissão a agir e em sair em defesa do acordo que estava a negociar. Como foi detalhado, o caminho passou pela transparência, contudo as críticas continuaram por parte destas organizações, passando os argumentos da forma para o conteúdo. Com estes documentos, as organizações tinham mais hipóteses de provar que o que diziam estava certo. Se antes não existia contraditório face à retórica que expunham na opinião pública, agora poderiam tentar fundamentar o que aclamavam. Não bastava transparência era necessária credibilidade e o acesso aos canais de comunicação certos de modo a chegar ao público (van Ham,2016:6).

Os movimentos contra o acordo de comércio entre UE e EUA não tiveram a mesma dimensão mediática em todos os estados-membros. Um dos países onde a questão foi mais debatida e contestada por estas organizações foi a Alemanha, onde 85% referências ao TTIP na imprensa online germânica tinha proveniência nos grupos Anti-TTIP. Se a posição dominante nos media assenta numa certa ideologia, a população tende a adotar a opinião da maioria (Bauer,2015a). Quer na Alemanha, quer noutros países europeus, o debate público foi contaminado devido ao alto nível de atenção que os pensamentos e a ideologia destes grupos colheu junto da população (Bauer, 2016:87).

A oposição contra o TTIP condensou-se no movimento “Stop TTIP”, uma aliança com mais de 500 organizações contra o acordo e que teve intervenção concreta na retórica pública sobre o TTIP, seja através de ação nas ruas, seja através de iniciativas concertadas nas redes sociais com vista ao efeito de alastramento aos media tradicionais. A atividade com maior exposição mediática consistiu na petição pública pelo cancelamento das negociações do tratado, que conseguiu angariar mais de 3 milhões e 200 mil assinaturas (STOP TTIP, s.d). Por via legal e institucional, o movimento acionou o “*European Citizens’ Initiative*”, um mecanismo europeu que permite aos cidadãos colocar propostas e alterações legislativas à Comissão Europeia com carácter formal e sério. Todavia a Comissão Europeia recusou a iniciativa da organização alegando que o assunto proposto não pertence ao domínio desta iniciativa de cidadãos e que as propostas apresentadas terão de ter um carácter positivo e não negativo (Bauer,2015b:125).

Em Portugal, a Plataforma Não ao TTIP foi criada em 2014 e trata-se de uma plataforma contra o TTIP, o CETA e o TiSA. A atividade concentra-se sobretudo na disponibilização de informação, acompanhamento de eventos em que estes temas estejam em debate e angariação de pessoas que se identifiquem com a causa e subscrevam e apoiem a organização.

### **5.3. A posição dos estados membros durante a negociação**

Como foi referido anteriormente, a Comissão Europeia negocia o acordo transatlântico mandatada pelos 28 estados-membros. Naturalmente, a vontade da Comissão nas negociações deve refletir as intenções e os desejos dos países que compõem a União Europeia, contudo não se espera que a instituição europeia fique sozinha na hora de falar, defender e explicar o TTIP às populações e aos media. Durante estes quatro anos de negociações, é possível dizer que houve uma falha em toda a linha por parte dos estados-membros em manterem-se envolvidos no tratado (Bowles,2017:2).

Durante estes anos a Comissão Europeia foi responsável por conduzir as negociações, todavia após anos de diálogo com o interlocutor será nos parlamentos nacionais que se validará o acordo, e posteriormente entrando em vigor as alterações decididas. Assim, os estados membros têm de estar envolvidos no processo, e gerir da maneira possível o processo negocial em todas as fases da negociação. Colocar a cargo das instituições nacionais algum peso comunicacional é essencial ao longo da negociação, mas também é fulcral no processo de retificação, de modo a que esta aprovação final seja concretizada sem dificuldade (Van Ham, 2016:7).

Se o não envolvimento dos países europeus pode ser considerado um erro na comunicação do TTIP, o facto de altos responsáveis dos países criticarem e anunciarem a morte do acordo quando ocorrem negociações é uma falha considerável. Sigmar Gabriel, vice-chanceler alemão, ou Matthias Fekl, secretário de estado do comércio externo francês, foram dois governantes que pressionaram a Comissão Europeia para a suspensão das negociações ou mesmo para o cancelamento destas. Alegadamente as razões evocadas tinham como base as divergências entre os Estados Unidos da América e a União Europeia em matérias fulcrais, todavia estas tomadas de posição esvaziam o poder negocial da Comissão Europeia em negociar um tratado da maneira mais estável possível. É importante notar que em alguns países, como é o caso da Alemanha, existiam posições contrárias na comunicação mediática do acordo por parte dos responsáveis. Na visita de Obama à Europa em Abril de 2016, Merkel fez questão de defender o TTIP fazendo força para que o mesmo fosse concluído ainda no mandato de Barack Obama, condição que não se viria a concretizar.

O porta-voz da Comissão Europeia, Daniel Rosário, considera que existiu alguma falta de responsabilidade e coragem política de modo a assumir as decisões e os debates difíceis. Rosário acredita que, tendo os estados-membros conhecimento total sobre aquilo que a Comissão Europeia estava a negociar, era necessário que os responsáveis políticos nos próprios países viessem a terreno defender o TTIP e garantir que certos mitos difundidos pelas organizações contra o TTIP não eram verdade.

#### **5.4. Perceção da estratégia de comunicação para o TTIP**

A estratégia de comunicação política da Comissão Europeia para o TTIP ficou marcada por inúmeros detalhes, aqui já escalpelizados e decompostos. Para este assunto, é muito importante auscultar a sensibilidade de atores políticos internos sem influência direta no processo, como é o caso dos eurodeputados, mas também perceber a opinião de atores externos sem influência, mas com responsabilidades de difusão do tema, como é o caso dos jornalistas.

O eurodeputado Carlos Zorrinho acredita que comunicar um acordo em negociação é, por si só, difícil. “A Comissão não foi eficiente na comunicação da visão geral e das grandes linhas e objetivos do acordo”, afirma ainda o eurodeputado socialista. Todavia, Zorrinho afirma que era impossível à Comissão, divulgar aquilo que as organizações Anti-TTIP pediam, com risco de estarem a publicar algo que não estava ainda fechado em termos negociais. O eurodeputado Pedro Silva Pereira é mais

perentório, afirmando que a “A Comissão Europeia acordou tarde para uma estratégia de comunicação sobre as negociações do TTIP”. O eurodeputado Fernando Ruas salienta o esforço da Comissão em manter uma postura de transparência, colaborante com os cidadãos e sobretudo pró-ativa, ao longo destes quatro anos. Para Ruas, o facto do TTIP ter tido uma negociação transparente e amplamente difundida e ao mesmo tempo enfrentar uma dura campanha de organizações contra o TTIP, resultou que esta negociação fosse das mais debatidas e discutidas de sempre. O parlamentar social democrata pensa que a sobreposição de vozes Anti-TTIP junto das pessoas dificultou “a estratégia de comunicação positiva da Comissão, que poderia ter sido mais assertiva”. A eurodeputada Marisa Matias classifica a estratégia de comunicação como muito bem-sucedida, pois cumpriu os objetivos que a Comissão teria: “manteve a questão longe da grande maioria dos cidadãos, e dos seus representantes, e com isso manteve uma grande parte dos cidadãos na ignorância do tema”. O eurodeputado Miguel Viegas considera que o investimento na comunicação do TTIP foi feito, sobretudo na ótica da vantagem do acordo, contudo segundo o parlamentar, os esforços feitos “não foram convincentes e acabaram por reforçar o ceticismo das populações”.

O editor de assuntos internacionais da TVI, Filipe Caetano sente que a estratégia de comunicação não foi a melhor nos primeiros anos, sobretudo devido à complexidade da informação partilhada pela Comissão. “O secretismo imposto pelos americanos e a falta de habilidade comunicacional da Comissão permitiu que o processo não fosse bem entendido pelo público em geral”, afirma ainda Caetano. Ainda assim, o jornalista da TVI, afirma, por experiência própria, que nos últimos tempos foram feitos esforços para esclarecer os jornalistas e dar-lhes todas as condições documentais sobre o TTIP. A jornalista de assuntos internacionais do Expresso, Joana Azevedo Viana acredita de uma forma geral que à medida que a UE foi evoluindo, as estratégias de comunicação da organização foram regredindo, falhando de forma absoluta na questão de envolvimento dos cidadãos na tomada de decisão, de modo a que a mesma seja legitimada e defendida pelas populações. Na comunicação do TTIP, Viana considera que o assunto se situa numa dicotomia entre os que acham que para existir sucesso num acordo comercial é preciso uma dose de secretismo e os que pensam que não vale a pena esconder das pessoas algo que irá condicionar a vida das populações num futuro próximo, podendo o acordo, no limite, sofrer de falta de legitimidade.

## 5.5. O TTIP e o desconhecimento português

Portugal é um dos estados-membros onde o “assunto TTIP” passa mais despercebido. Tendo em conta o motor de busca Google, e na comparação com outros países europeus, Portugal faz parte da cauda das nações onde o acordo transatlântico suscitou menos interesse na opinião pública (Bauer, 2016:17). A este dado acresce que no estudo encomendado pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito de Lisboa em Novembro de 2016. Numa sondagem sobre a integração europeia, perguntaram aos inquiridos se conheciam “os pontos fundamentais do TTIP”. 78% das pessoas respondeu que não, 13% respondeu que sim e 8,8% teve dúvidas ou não respondeu. Num detalhe por zona geográfica, é possível identificar que nas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa, a percentagem de pessoas que conhece o TTIP sobe ligeiramente face ao valor geral. Contrariamente na região Norte, Centro e Sul a percentagem de indivíduos que não conhece sobe face à percentagem total geral. (Instituto Europeu,2016)

Na opinião do eurodeputado Carlos Zorrinho as responsabilidades têm de ser partilhadas por vários autores, inclusive a comunicação social e o poder político. Zorrinho considera que “não se passou a mensagem da dimensão geoestratégica do acordo”, levando a que o debate ficasse reduzido a uma discussão entre especialistas, naturalmente excluindo a generalidade das pessoas. Os eurodeputados Pedro Silva Pereira e Fernando Ruas acreditam que as falhas na difusão de informação têm de ser acicatas aos media, à Comissão Europeia e aos governos, todavia Ruas coloca no poder político mais responsabilidade neste problema. O eurodeputado Miguel Viegas coloca o ónus do lado dos órgãos de comunicação social. Em primeiro lugar, Viegas alerta que os assuntos políticos europeus têm pouco espaço mediático, de seguida, considera que os media dão mais valor às questões polémicas, deixando para segundo plano os temas mais densos. A eurodeputada Marisa Matias inverte a questão e afirma, uma vez mais, que o objetivo principal da Comissão Europeia em “negociar nas costas e às escondidas de todos” foi conseguido, não havendo, portanto, nenhuma falha, mas sim uma estratégia delineada e seguida.

O jornalista Filipe Caetano sente que os media tiveram a sua quota parte de responsabilidade, muito por força da falta de dedicação em esclarecer o público, contudo acredita que a Comissão Europeia e as instituições políticas nacionais são os maiores responsáveis nesta situação, muito devido à não colocação do tema no topo da agenda pública, como muitas vezes tem acontecido em matéria de assuntos europeus. A jornalista

Joana Azevedo Viana divide o ónus pelo poder político e pelos media, sobretudo pela dimensão geográfica do país e pelo o sentimento de “reboque” por parte de outros países mais poderosos. Viana percebe a questão exemplificando com a dimensão dos protestos contra o acordo em Portugal e na Alemanha.

O porta-voz da Comissão, Daniel Rosário considera que a falha tem de ser repartida por todos os atores, ainda assim com a Comissão Europeia a aparecer no fim da lista dos responsáveis. Rosário afirma que a Comissão não se pode substituir a entidades como os governos, associações, ONG’s, partidos ou sindicatos, em suscitar interesse no tema nas populações. O porta-voz salienta ainda que em vários países como a Alemanha, a Bélgica e a Holanda, o tema foi amplamente discutido enquanto que noutros países, incluindo Portugal, o assunto passou despercebido.

## **5.6. TTIP no Público**

Já mencionado na nota metodológica, a segunda componente da investigação passou por uma análise da presença da palavra TTIP no Público de Março de 2015 a Março de 2017. A pertinência desta componente de investigação justifica-se em perceber como um órgão de comunicação social quer que pensemos sobre este assunto. Depois da explicitação dos critérios anteriormente detalhada, passarei a justificar a escolha dos métodos e de seguida à exposição dos resultados.

A escolha do Jornal Público deveu-se a duas razões fundamentais. A primeira depende-se com o facto de o Público ser um jornal de referência em Portugal, respeitado e atento à sensibilidade das elites políticas, económicas e culturais. A segunda razão baseia-se no facto da publicação possuir uma matriz europeísta e contar nas suas fileiras jornalísticas com profissionais especialistas em assuntos europeus (Cardoso, Santos e Telo, 2016:135). Explicada a razão de escolha do objeto de estudo, importa notar que a direção editorial chefiada por Bárbara Reis deu lugar à equipa de David Dinis no dia 3 de Outubro de 2016.

Os resultados expostos de seguida obedecerão à ordem dos critérios expostos anteriormente. Relativamente aos dados obtidos, foram recolhidas 98 notícias onde surgiu a palavra TTIP em dois anos de publicação (Março 2015-Março 2017). Em média, foram produzidas pelo jornal aproximadamente 4 notícias por mês.

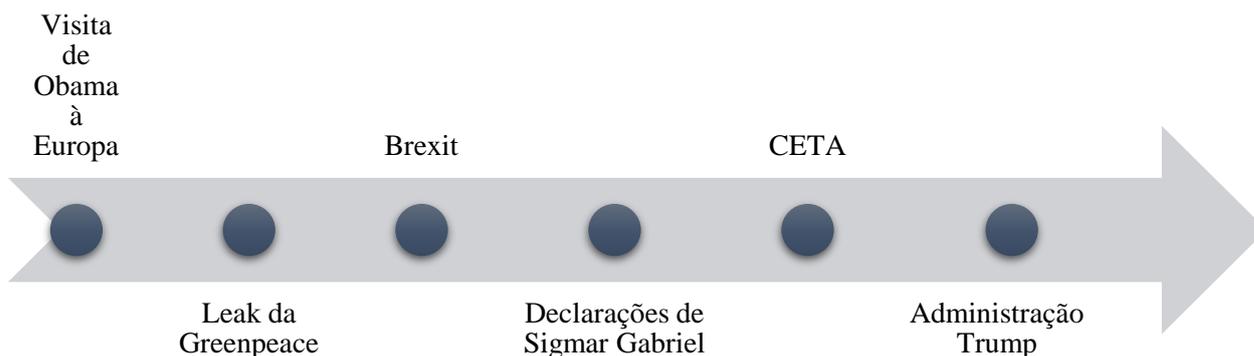


Figura 5.6.1: Representação da cronologia dos acontecimentos do TTIP no Público (2015-2017)

Fonte: Elaboração própria, dados extraídos do Jornal Público

É possível através do registo diário das notícias, traçar uma linha cronológica dos acontecimentos. Como é possível ver na figura anterior, o assunto TTIP começa a ter uma presença mais assídua no jornal a partir do final de Abril de 2016, quando Barack Obama, presidente dos Estados Unidos da América na altura, visita a Europa e defende em conjunto Angela Merkel as negociações do acordo TTIP. No espaço de 4 dias, existiram 5 notícias no âmbito desta visita, onde a palavra TTIP surgiu. Já no início do mês de Maio, o TTIP volta à agenda mediática devido ao *leak* da Greenpeace de documentos internos sobre as negociações e que coloca atores internos e externos a intervir no espaço publico. Curiosamente, é depois desta fuga de informação que o Público elabora a primeira grande manchete sobre o tema, com direito a notícias e reportagens no interior. Sensivelmente uma semana depois, surge a segunda manchete sobre o tema, mas apenas focada na vertente económica e sem a mesma dimensão que a anterior, no interior do jornal. De seguida, o Brexit coloca de uma forma ligeira e superficial o TTIP em alguns artigos, contudo são as declarações de Sigmar Gabriel, vice-chanceler alemão, sobre o fracasso não assumido do TTIP que ocupam o espaço mediático seguinte com cinco elementos que contêm a palavra TTIP inclusive uma pequena chamada de capa. Outubro de 2016 ficou marcado pela assinatura do CETA (acordo entre a UE e o Canadá) e naturalmente o TTIP, de forma integrada, surge nos textos. De Novembro de 2016 até ao último elemento registado de Fevereiro de 2017, praticamente todos os artigos ou elementos de opinião que possuíram a palavra TTIP tiveram um denominador comum: Donald Trump.

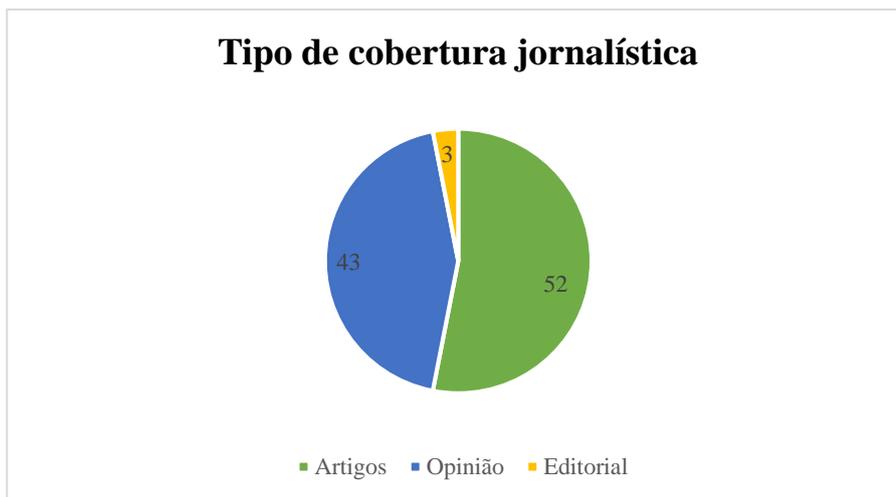


Figura 5.6.2: Resultados do critério “Tipo de cobertura jornalística no TTIP no Público em números absolutos (2015-2017)

Fonte: Elaboração própria, dados extraídos do Jornal Público

Através do gráfico circular acima, é possível observar que no critério tipo de cobertura jornalística existiram mais elementos jornalísticos de categoria artigos comparativamente a notícias em formato opinião, contudo esta discrepância não é significativa.

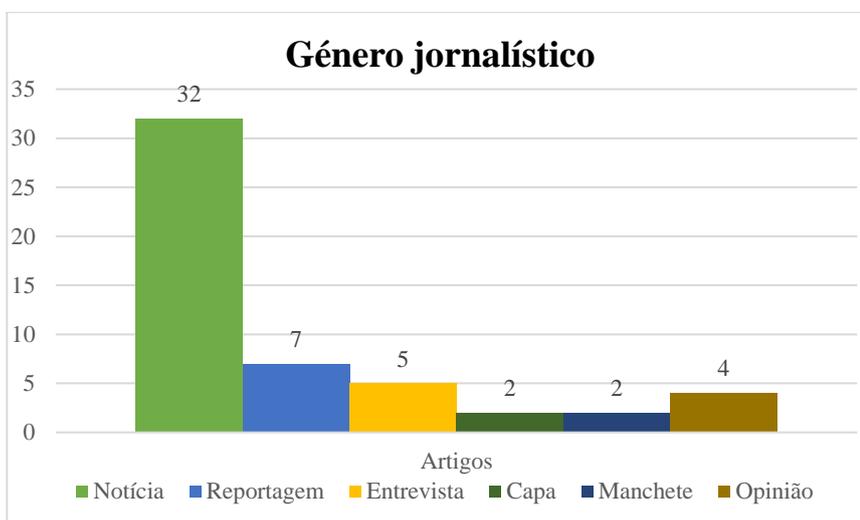


Figura 5.6.3: Resultados do critério “Gênero jornalístico no TTIP no Público em números absolutos (2015-2017)

Fonte: Elaboração própria, dados extraídos do Jornal Público

Em relação ao género jornalístico, importa detalhar no gráfico acima o tipo de cobertura jornalística “artigos”, visto que no segmento opinião, 40 são peças de opinião e 3 são cartas e que no segmento editorial os mesmos não têm subgénero. Como se vê na figura 5.6.2., a notícia é o género mais presente, com mais de metade dos elementos totais. É importante destacar de igual forma que o TTIP surgiu na manchete do jornal por duas vezes, e figurou na capa, fora manchete, também em duas vezes, em 2 anos de análise. No universo opinião, a opinião dos leitores apenas conteve a palavra TTIP por três vezes.

Naturalmente o critério referente aos protagonistas tem na União Europeia e nos Estados Unidos da América os elementos mais recorrentes, quer de forma principal, quer de forma secundária. De uma forma individualizada é importante destacar a presença de atores com relação à Alemanha (Berlim, governo alemão, Merkel, Schauble e Sigmar Gabriel). Assim, por 12 vezes surgem protagonistas principais alemães e mais 5 vezes protagonistas de forma secundária. Se atentarmos no tom/critério no texto quando surgem estas palavras, observamos que a Alemanha como um todo surge maioritariamente associado a notícias com um tom positivo ou neutro, contudo Sigmar Gabriel, vice-chanceler aparece como um protagonista em que as notícias associadas possuem um tom negativo devido às declarações do mesmo. Também por estes dados, é possível perceber a influência que um país como a Alemanha tem no destino de um tratado comercial. Este papel de destaque, assim como a ausência de outras grandes potências que orientam a UE, como a França, a Itália ou a Espanha, demonstra quem gere a vertente comercial em seio europeu. O Reino Unido e a Bélgica(Valónia) são os que completam o pódio de menções de protagonismo nas notícias onde aparece a palavra TTIP, contudo longe dos números alemães. Estes registos devem-se sobretudo à assinatura do CETA e ao Brexit.

Do lado norte-americano, os protagonistas mais notados foram Obama e Donald Trump, salientando a transição na administração do país. Se as notícias em que Obama aparece estão envoltas de um tom positivo, já com Trump, as notícias são maioritariamente de carácter neutro. Por fim, é importante salientar a presença das associações/ONG's como protagonistas de notícias. Das 17 vezes em que foram notados estes grupos de indivíduos como atores principais ou secundários, 13 notícias tinham um tom/carácter negativo, 3 neutro e apenas um positivo.

No critério autores, é possível destacar que 49 peças foram assinadas por jornalistas da casa, em que 19 destas, desde entrevistas, a opinião, a reportagem, foram assumidas pela jornalista Teresa de Sousa, profissional especializada na temática

europeia. Factualmente, Teresa de Sousa tem um contributo significativo na publicação da palavra TTIP no Público durante estes dois anos. Dos colunistas semanais do jornal, o destaque vai para Rui Tavares, que assumiu quatro peças. Ao todo, 14 textos de colunistas do Público possuíram a palavra TTIP. De autores no género opinião foram registadas 17 peças e sem autor foram consideradas outras 17 peças.

	Notícias
Central	40
Integrante	58

Quadro 5.6.1: Resultados do critério “Central ou Integrante” no TTIP no Público em números absolutos

Fonte: Elaboração própria, dados extraídos do Jornal Público

	Tom no texto
Positivo	24
Negativo	39
Neutro	35

Quadro 5.6.2: Resultados do critério “Tom no Texto” no TTIP no Público em números absolutos

Fonte: Elaboração própria, dados extraídos do Jornal Público

Nas categorias seguintes, e aludindo às tabelas 5.6.1 e 5.6.2 podemos destacar que das 98 notícias obtidas, 40 têm o TTIP como tema central enquanto que 58 têm o TTIP como tema integrante. Factualmente podemos dizer que o TTIP surgiu mais vezes integrado num texto sobre outro tema do que em textos em que o tratado era o tema central. De uma forma bruta, não condicionada, 39 notícias foram consideradas como negativas; 35 como neutras e 24 como positivas.

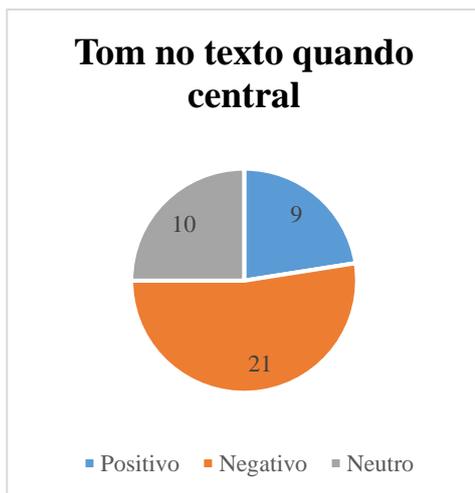


Figura 5.6.4: Resultados do critério conjugado “Tom no texto quando central” no TTIP no Público em números absolutos (2015 – 2017)  
 Fonte: Elaboração própria, dados extraídos do Jornal Público

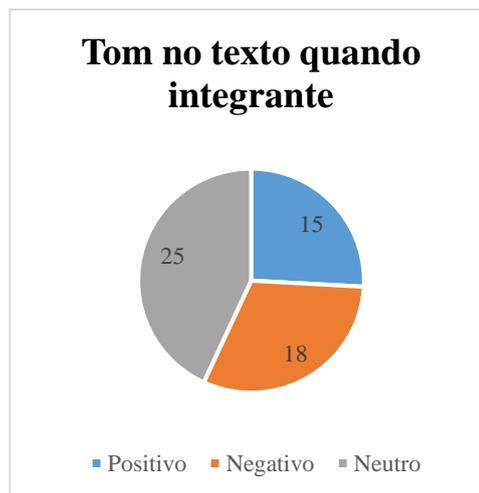


Figura 5.6.5: Resultados do critério conjugado “Tom no texto quando integrante” no TTIP no Público em números absolutos (2015 – 2017)  
 Fonte: Elaboração própria, dados extraídos do Jornal Público

De forma condicionada e com o auxílio da figura 5.6.4 e 5.6.5, é possível afirmar o seguinte: em notícias em que o TTIP seja tema central, 9 peças foram consideradas positivas, 21 negativas e 10 neutras; em notícias em que o TTIP seja tema integrante, 15 peças foram assumidas como positivas, 18 negativas e 25 neutras. É inequívoco que quando se fala de TTIP, a maioria das notícias registadas tem um tom/carácter negativo. Quando o TTIP não é o tema central, o tom/carácter negativo é atenuado, predominando sobretudo as notícias de carácter/tom neutro. Relativamente às 4 vezes em que o TTIP apareceu na capa, duas em manchete e duas em subtítulos, a avaliação do tom/carácter foi o seguinte: neutro, negativo, positivo e negativo.

## 5.7. Percepção da Opinião Pública sobre o TTIP

A auscultação das opiniões individuais sobre determinado assunto num momento específico não é um processo simples. Uma das melhores maneiras de obter uma percepção concreta e exata no tempo consiste na elaboração de estudos de opinião ou sondagens. Através dos eurobarómetros semestrais encomendados pela Comissão Europeia, a instituição consegue perceber como é que os europeus pensam sobre várias matérias e desta forma orientar adequadamente as políticas seguidas.

	2015	2016	2017
A favor	53%	53%	54%
Contra	32%	34%	32%
Não sabe	15%	13%	14%

Quadro 5.7.1: Opinião dos europeus sobre um acordo de livre comércio e investimento entre a União Europeia e os Estados Unidos da América em percentagem (2015,2016 e 2017)

Fonte: European Commission 2015c, European Commission 2016b, European Commission 2017c

Em 2015, 2016 e 2017, a Comissão Europeia pediu aos inquiridos dos eurobarómetros 84, 86 e 87 “Opinião Pública na UE” a percepção sobre a frase seguinte: um acordo de livre comércio e investimento entre a União Europeia e os Estados Unidos da América. A resposta da amostra podia assumir três hipóteses: a favor, contra e não sabe. Na tabela 5.7.1 é possível visualizar os resultados sistemáticos.

Ao visualizar os resultados do estudo de opinião é possível perceber que não há uma discrepância significativa entre resultados. Nos três instrumentos, o balanço final foi muito semelhante. Nos três anos, os resultados mostram uma manutenção da opinião acerca deste assunto. No eurobarómetro de 2016 e 2017, a questão sobre o TTIP aparece englobada num quadro de 9 questões sobre as prioridades políticas da UE, e é possível verificar que é a penúltima questão com menos apoio devido à percentagem de pessoas que está a favor do TTIP, a terceira questão com a percentagem mais elevada de pessoas contra e a segunda interrogação em que mais indivíduos dizem não saber responder (European Commission, 2015c:31) (European Commission,2016b:24) (European Commission,2017c:31).

Não só as instituições europeias aferiram a opinião das pessoas sobre este assunto. Em Setembro de 2014, o Pew Research Center, um *think tank* norte-americano, procedeu a um estudo de opinião acerca dos acordos de livre comércio e o facto destes serem vantajosos para os países que neles intervêm. Relativamente aos países envolvidos em sede de TTIP, foi possível perceber que a Itália e os Estados Unidos apareceram como os mais cétricos quando são inquiridos acerca do TTIP ser algo bom. No polo oposto, Espanha, Alemanha e Reino Unido surgem com percentagens a rondar os 90% de aprovação. De salientar que quando a investigação inquiria as pessoas com vista a perceber se o comércio pode criar empregos ou baixar os preços, as percentagens de aprovação baixam drasticamente (Pew Research Center,2014a:16).

Já em Junho de 2017, num estudo acerca do futuro da União Europeia depois do Brexit, o mesmo instituto procurou perceber se os europeus inquiridos (gregos, franceses, suecos, húngaros, polacos, espanhóis, italianos, holandeses e alemães) querem nas mãos da União Europeia ou dos próprios governos a decisão de negociar os acordos de comércio. A média das respostas apontou que 51% das pessoas pretende que essa responsabilidade esteja a cargo dos governos nacionais, enquanto que 39% pensa o oposto. Grécia, França, Suécia e Hungria foram os países mais expressivos na decisão de devolver o poder de livre comércio aos governos dos estados-membros. Em contraposição a Alemanha foi o país que se destacou com 60% dos inquiridos a querer manter este tipo de decisões na UE e 35% a querer mudar. (Pew Research Center,2017:16) Este detalhe é curioso visto que em 2014, 65% dos alemães queria o poder de negociar acordos de comércio de volta ao governo de Berlim e apenas 28% queria manter tudo tal como está (Pew Research Center,2014b:16).

Os instrumentos de aferição de opinião pública anteriormente abordam questões diferentes e envolvem atores distintos, não sendo possível estabelecer algumas comparações, todavia ficam aqui retratados estudos de opinião pública, elaborados por instituições dos dois lados do Atlântico com perceções próprias.



## 6. Conclusão

Quando afirmava o tema da minha dissertação de mestrado, a resposta do interlocutor tendia para ser uma interrogação sobre o que significava esta sigla com quatro letras. Esta necessidade de explicação alimentou o interesse que tenho pelo tema, e ao mesmo procurou perceber o porquê de isto acontecer. O TTIP não é um assunto convencional na sociedade portuguesa, todavia importava saber onde estava a causa do desconhecimento, quem tinha responsabilidade na questão e como se processou a dinâmica comunicacional em volta das negociações do TTIP.

Quando iniciei esta investigação, propus-me responder a três questões auxiliares de pesquisa e conseqüentemente dar resposta à pergunta principal e orientadora, “Qual o papel da estratégia de comunicação da Comissão nas negociações do acordo TTIP?”. Agregados a estas questões, estiveram sempre presentes os três objetivos do trabalho, expostos na nota metodológica, que nesta fase serão dados como cumpridos e explicados de seguida nas conclusões de cada capítulo.

No primeiro capítulo, procurei informar e contextualizar o leitor sobre a natureza e as características do acordo TTIP. Sem um bom conhecimento do conceito, seria impossível absorver as restantes condições. As negociações do TTIP tiveram como objetivo primordial firmar um acordo político, estratégico, económico e comercial entre os Estados Unidos da América e a União Europeia que reforçasse os laços existentes nestas matérias entre as duas potências. O possível acordo tem naturalmente uma matriz de comércio, onde se procurou agilizar as trocas de bens e serviços, todavia os elementos não económicos estavam no horizonte dos líderes políticos envolvidos. O TTIP assenta em três pilares definidos que traduzem a ambição e a cooperação que UE e EUA queriam implementar neste tratado. O TTIP não é uma negociação isolada, fazendo assim parte de um paradigma atual de tratados comerciais bilaterais e multilaterais que se desenrolam no mundo, como é o caso do CETA, TPP ou TiSA. O estado atual do TTIP reflete uma pausa ponderada e cautelosa nas negociações, sobretudo devido à eleição de Donald Trump e à visão protecionista da administração que conduz, e que esbarra na matriz do TTIP. Do lado exclusivamente europeu, o Brexit implica necessariamente a perda de um estado-membro fulcral, todavia há a perceção existente que possa existir um sentimento de unidade dos restantes 27 e que estes constituam um bloco mais coeso sob orientação dos princípios comunitários.

No segundo capítulo, coloquei o foco da pesquisa na comunicação institucional da Comissão Europeia. Como órgão que possui a tutela da negociação do TTIP, importava perceber a estratégia atual de comunicação da Comissão de modo a que o protocolo da comunicação TTIP não caísse no vazio contextual. Para detalhar o presente foi preciso perceber o passado e desta forma explicar os níveis dispares de atenção que o tema da comunicação da UE teve nos dois mandatos de Durão Barroso. Inicialmente foi dada a esta temática uma importância significativa, formal e informalmente, de modo a que esta área possuísse todas as ferramentas necessárias para dar o salto qualitativo que se urgia. No segundo mandato, o peso da comunicação na hierarquia da administração diminuiu, levando a que no primeiro mandato de Juncker, as alterações da comunicação fossem estruturais sobretudo ao assumir a pasta por inteiro, mas também ao nível da Direção Geral da Comunicação e do Serviço de Porta-Vozes da União Europeia. Para 2017, a comunicação da Comissão Europeia está assente em três pilares, o primeiro direcionado para uma informação interna, o segundo que procura a coordenação de excelência dos atores políticos para o exterior e o terceiro onde se procura envolver os cidadãos no processo através de iniciativas e atividades. Para já, os resultados observáveis segundo o eurobarómetro mais recente pode indicar o sucesso da nova estratégia de comunicação.

O terceiro capítulo é o âmago do trabalho e a substância maior da investigação. A estratégia de comunicação política do TTIP e a perceção existente da mesma por parte dos entrevistados são elementos primordiais e que aqui foram explanados de forma contundente. O TTIP atravessou duas administrações da Comissão Europeia, sofrendo assim as decisões de cada um dos titulares das pastas. A comunicação do TTIP fica intimamente ligada ao mandato negocial da Comissão Europeia. O mandato que a instituição possui por parte dos estados membros e que contem as diretrizes e os limites negociais só foi divulgado na administração Juncker, um ano e meio depois do inicio das negociações. Esta não exposição pública, por responsabilidade dos estados-membros, foi crucial para que a opinião pública e os movimentos Anti-TTIP criassem retóricas alternativas da realidade, colocando em causa a orientação da Comissão. Na administração Juncker, a palavra “transparência” foi o conceito mais usado. Acreditava-se que através da exposição de mais documentos, de mais informação, a opinião do público iria mudar, sair da sombra e deixar de lado o rótulo “o acordo negociado à porta fechada”. Em muitos países, a opinião sobre o TTIP dividiu-se entre a rejeição e o desconhecimento, muito devido à ação dos movimentos Anti-TTIP e da inação dos media,

respetivamente. Os governos dos estados-membros também não passam incólumes, sendo destes a responsabilidade de não colocar o tema na agenda pública e mediática em muitos países, como Portugal, mas também o facto de não saírem em defesa do acordo quando muitas vezes era necessário.

Não há unanimidade na perceção da estratégia de comunicação por parte dos entrevistados. Os eurodeputados socialistas Carlos Zorrinho e Pedro Silva Pereira apontam uma clara ineficácia em comunicar o acordo, o eurodeputado social democrata Fernando Ruas afirma que não foi um processo fácil e que a estratégia podia ter sido mais assertiva, mas salienta o bom trabalho da Comissão, ainda assim. A eurodeputada bloquista Marisa Matias acredita que a estratégia da Comissão Europeia foi bem-sucedida em esconder os assuntos dos cidadãos, enquanto que o eurodeputado comunista Miguel Viegas sente que os esforços feitos em transmitir uma boa imagem do TTIP, tiveram o efeito contrário. Relativamente à perceção dos jornalistas entrevistados, o editor da TVI, Filipe Caetano pensa que a estratégia de comunicação não foi a melhor, mas que têm sido feitos esforços nos últimos tempos para inverter este problema. Já a jornalista Joana Azevedo Viana crê que existe um problema da comunicação da UE, de forma estrutural e que existem dois paradigmas distintos de comunicar acordos comerciais, os que dizem que só com secretismo se alcança o sucesso e os que acreditam que não vale a pena esconder das pessoas algo que irá impactar na vida das mesmas.

O outro lado da comunicação, composto pela opinião pública, traduz-se de igual forma num elemento curioso. Os estudos de opinião europeus mostram valores de aprovação ligeiramente superiores aos 50% e valores de pessoas que não sabem/não conhecem a rondar os 15%. Se nos focarmos apenas no estado-membro Portugal os valores das sondagens citadas, apontam para quase 80% de inquiridos que não conhecem o TTIP. Desta comparação de valores podemos concluir que Portugal é dos países europeus onde menos o TTIP teve impacto mediático. As responsabilidades desta questão terão necessariamente de ser assumidas pelos media e pelo poder político.

A análise do jornal Público tendo em conta a presença da palavra TTIP foi um método que achei pertinente utilizar, de modo a perceber o tratamento que um dos jornais de referência portugueses dava ao assunto. Foi possível perceber quantitativamente e qualitativamente a importância dada pelo jornal ao TTIP, e desta forma perceber de que forma foi tratada a questão para o grande público.

Como resposta à pergunta de partida e dado as reflexões obtidas em cada um dos três capítulos, é possível dizer que a estratégia de comunicação política da Comissão Europeia teve um papel considerável no processo negocial do TTIP. Dominar o discurso mediático de uma forma decisiva e primária impede que mitos e realidades paralelas tenham fiabilidade e confiança junto da opinião pública. Se a estratégia começou por ser ineficaz e menos transparente do que atualmente é, o acordo começou a ser mal comunicado. A inversão da estratégia acabou por ser tardia, pois mesmo com a lógica da transparência como discurso e ação principal, alguma retórica já estava enraizada de forma profunda. Apesar da aparente correspondência da Comissão Europeia aos cidadãos europeus, em busca de mais informações, a instituição europeia parece ter corrido atrás do prejuízo. Depois da nomeação da comissária Malmström, o trabalho realizado seguiu uma ideia de contenção de danos, procurando sempre fornecer o máximo de conhecimento, tornando o TTIP, um dos acordos com mais informação disponível.

No futuro será possível observar o desfecho do TTIP e ao mesmo tempo visualizar o balanço que os protagonistas farão sobre o desenlace. Com um acesso pessoal aos entrevistados, a riqueza das entrevistas teria sido crescente, todavia, o facto de a maioria se encontrar fora do país dificultou a ambição da investigação. Ao mesmo tempo, teria sido relevante recolher a perceção de políticos com funções em Portugal, quer do poder executivo, quer do poder legislativo, de modo a perceber o contributo que os mesmos derem para a difusão do acordo em espaço público.

O TTIP não nasceu da forma mais correta. O acordo transatlântico não foi pensado e ponderado colocando todas as variáveis em cima da mesa, em matéria de comunicação. Como se isto não bastasse, o TTIP sofreu fortes revés interiormente e exteriormente, levando a que o estado atual de pausa, possa ser o desfecho final.

## Bibliografia

- Arregui, Javier (2015), “Relaciones económicas UE-EEUU: negociación e implicaciones del TTIP”, *Revista CIDOB d’Afers Internacionals*, 110, pp. 43-66
- Bauer, Matthias (2015a), “The Spiral of Silence – How Anti-TTIP Groups Dominate German Online Media and Set the Tone for TTIP Opinion” (online), consultado em 10.08.2017. Disponível em: <http://ecipe.org/blog/anti-ttip-german-online-media/>
- Bauer, Matthias (2015b), “Campaign-triggered mass collaboration in the EU’s online consultations: the ISDS-in-TTIP case”, *European View*, 14, pp.121–129
- Bauer, Matthias (2016), “Manufacturing Discontent: The Rise to Power of Anti-TTIP Groups”, *European Centre for International Political Economy*, 2, pp.1-147
- BBC (2017) “EU and Japan reach free trade deal” (online), consultado em 21.08.2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/business-40520218>
- Bogdan, Robert e Sari Biklen (1994), *Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*, Lisboa, Porto Editora
- Borges, Susana (2010), “Agendamento”, em João Carlos Correia, Gil Baptista Ferreira e Paula do Espírito Santo (orgs.), *Conceitos de Comunicação Política*, Covilhã, Livros LabCom
- Bown, Chad P. (2017), “Mega-Regional Trade Agreements and the Future of the WTO”, *Global Policy*, 8 (1), pp. 107–112
- Bray, Zoe (2008), “Ethnographic approaches”, em Donatella della Porta e Michael Keating (orgs.), *Approaches and Methodologies in the Social Sciences*, Reino Unido, Cambridge University Press.
- Burchard, Hans von der (2017), “Juncker proposes fast-tracking EU trade deals” (online), consultado em 31.08.2017. Disponível em: <http://www.politico.eu/article/juncker-proposes-fast-tracking-eu-trade-deals/>
- Cardoso, Gustavo, Susana Santos e Décio Telo (2016), *Jornalismo em Tempo de Crise*, Lisboa, Mundos Sociais
- Castells, Manuel (2002), *O Poder da Identidade, A era da informação: economia, sociedade e cultura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Comissão Europeia (2006), *Livro Branco da Comissão sobre uma política de comunicação europeia. Discutir a Europa – implicar os cidadãos*, Bruxelas, Comissão Europeia
- Council of the European Union (2014), *Working Party on Information on 17 October 2014*, Bruxelas, Council of the European Union

- Cooper, William H. (2014), *EU-U.S. Economic Ties: Framework, Scope, and Magnitude*, Washington, DC, Congressional Research Service
- Clawson, Rosalee A. e Zoe M. Oxley (2017), *Public Opinion Democratic Ideals, Democratic Practice*, Washington D.C, SAGE, pp.1
- Dahlgren, Peter (2009), *Media and Political Engagement*, Cambridge, Cambridge University Press
- De Bièvre, Dirk e Arlo Poletti (2016), “Why the Transatlantic Trade and Investment Partnership is not (so) new, and why it is also not (so) bad”, *Journal of European Public Policy*, pp.1-16
- De Ville, Ferdi e Gabriel Siles-Brügge (2016), “Why TTIP is a game-changer and its critics have a point”, *Journal of European Public Policy*, pp.1-15~
- Denton, Robert e Gary Woodward (1990), “Political communication in America”, New York, *Praeger*, citado por Brian McNair (2011), *An Introduction To Political Communication*, New York, Routledge, pp. 3-4
- DG COMM (2017), “Organization chart of the Directorate-General of Communication” (online), consultado em 19.04.2017. Disponível em: [https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/organisation-chart-dg-comm\\_en\\_10.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/organisation-chart-dg-comm_en_10.pdf)
- Dullien, Sebastian, Adriana Garcia e Josef Janning (2015), “A fresh start for TTIP”, *European Council on Foreign Relations*, 124, pp.1-11
- Ecorys (2016), “Trade SIA on the Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) between the EU and the USA” (online), consultado em 06.03.2017. Disponível em: <http://www.trade-sia.com/ttip/wp-content/uploads/sites/6/2014/02/TSIA-TTIP-draft-Interim-Technical-Report.pdf>
- Eliasson, Leif Johan e Patricia García-Duran (2016), “Why TTIP is na unprecedented geopolitical game-changer, but not a Polanyian moment”, *Journal of European Public Policy*, pp.1-12
- European Commission (sem data.a), “Communication” (online), consultado em 19.04.2017. Disponível em: [https://ec.europa.eu/info/departments/communication\\_en](https://ec.europa.eu/info/departments/communication_en)
- European Commission (sem data.b), “Visit the European Commission” (online), consultado em 29.04.2017. Disponível em: [https://ec.europa.eu/info/about-european-union/visit-european-commission\\_en](https://ec.europa.eu/info/about-european-union/visit-european-commission_en)
- European Commission (2009a), *Engaging citizens: Five years of progress*, Bruxelas, European Commission
- European Commission (2009b), “EU Officials go "back to school"” (online), consultado em 26.04.2017. Disponível em: [http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-09-724\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-09-724_en.htm)

- European Commission (2014a), “Citizens' dialogue in Cadiz” (online), consultado em 19.04.2017. Disponível em: [http://ec.europa.eu/archives/debate-future-europe/citizens-dialogues/spain/cadiz/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/archives/debate-future-europe/citizens-dialogues/spain/cadiz/index_en.htm)
- European Commission (2014b), “The Working Methods of the European Commission 2014-2019” (online), consultado em 18.05.2017. Disponível em <https://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/3/2014/EN/3-2014-9004-EN-F1-1.Pdf>
- European Commission (2014c), *Communication to the commission: concerning transparency in TTIP negotiations*, Estrasburgo, European Commission
- European Commission (2014d), “Expert group to advise European Commission on EU-US trade talks” (online), consultado em 03.08.2017. Disponível em: [http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-14-79\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-14-79_en.htm)
- European Commission (2015a), “Questions and answers” (online), consultado em 14.03.2017. Disponível em: <http://ec.europa.eu/trade/policy/in-focus/tisa/questions-and-answers/>
- European Commission (2015b), “The top 10 myths about TTIP: Separating fact from fiction” (online), consultado em 08.09.2017. Disponível em: [http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2015/march/tradoc\\_153266.pdf](http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2015/march/tradoc_153266.pdf)
- European Commission (2015c), *Standard Eurobarometer 84 – Autumn 2015* “Public opinion in the European Union, First results”, sem lugar de publicação, European Commission-Directorate-General for Communication
- European Commission (2016a), “Management Plan 2017 DG Communication” (online), consultado em 18.04.2017. Disponível em: [https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/file\\_import/management-plan-comm-2017\\_en\\_0.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/file_import/management-plan-comm-2017_en_0.pdf)
- European Commission (2016b), *Standard Eurobarometer 86 – Autumn 2016* “Public opinion in the European Union, First results”, sem lugar de publicação, European Commission-Directorate-General for Communication
- European Commission (2017a), “Trade Policy” (online), consultado em 05.07.2017. Disponível em: <http://ec.europa.eu/trade/policy/>
- European Commission (2017b), “Upgrading the EU-Canada relationship” (online), consultado em 16.03.2017. Disponível em: [http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2017/february/tradoc\\_155312.pdf](http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2017/february/tradoc_155312.pdf)
- European Commission (2017c), *Standard Eurobarometer 87 – Spring 2017* “Public opinion in the European Union, First results”, sem lugar de publicação, European Commission-Directorate-General for Communication
- European Parliament (2016), “A guide to EU procedures for the conclusion of

- international trade agreements” (online), consultado em 08.09.2017. Disponível em:  
[http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2016/593489/EPRS\\_BRI%282016%29593489\\_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2016/593489/EPRS_BRI%282016%29593489_EN.pdf)
- Franklin, Bob. (1995), “The Handbook of Children's Rights: Comparative Policy and Practice”, New York, *Routledge*, citado por Jorge de Sá (2013), *Marketing Político: Para uma Gestão Integrada da Política*, Lisboa, ISCSP, pp. 158
- Garcia, Feliks (2017), “President Donald Trump scraps TPP trade deal by executive order” (online), consultado em 09.03.2017. Disponível em:  
<http://www.independent.co.uk/news/world/americas/donald-trump-tpp-scraps-trade-deal-executive-order-signs-us-president-white-house-day-one-a7542211.html>
- Glynn et all (2016), *Public Opinion*, Colorado, Westview Press
- Gonçalves, Vasco Barroso (2013), “O Princípio da Precaução e a Gestão dos Riscos Ambientais: Contribuições e Limitações dos Modelos Económicos”, *Ambiente & Sociedade*, 16 (4), pp.121-138
- Green-Pederson, Christoffer e Stefaan Walgrave (2014), “Political Agenda Setting: An Approach to Studying Political Systems”, em, Christoffer Green-Pederson e Stefaan Walgrave (orgs.), *Agenda Setting, Policies and Political Systems*, Chicago and London, the University of Chicago Press
- Haas, Jörg e Eulalia Rubio (2017), “Brexit and the EU budget: Threat or opportunity?”, *Jacques Delors Institut – Berlin*, 183, pp.1-18
- Hamilton, Daniel S. e Jacques Pelkmans (2015), “Rule-makers or rule-takers? An introduction to TTIP”, em Daniel S. Hamilton e Jacques Pelkmans (orgs.), *Rule-Makers or Rule-Takers? Exploring the Transatlantic Trade and Investment Partnership*, Washington, D.C, Bruxelas e Londres, Center for Transatlantic Relations (CTR), Johns Hopkins University School of Advanced International Studies, Centre for European Policy Studies (CEPS), Rowman and Littlefield International, pp.1-16
- Instituto Europeu (2016), “Sondagem: o que os portugueses pensam sobre a integração europeia” (online), consultado em 01.03.2016. Disponível em:  
<http://institutoeuropeu.eu/noticias/noticias-do-instituto-europeu/432-sondagem-o-que-os-portugueses-pensam-sobre-a-integracao-europeia>
- Khorana, Sangeeta (2015), “Introdução: Why the TTIP and what matters about it”, em Sangeeta Khorana(org.), *The Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) Negotiations between the EU and the USA: Caught between Myth and Reality?*, Barcelona, CIDOB edicions, pp.9-18
- Kies, Raphaël (2016), *Is Europe Listening to Us?: Successes and Failures of EU*

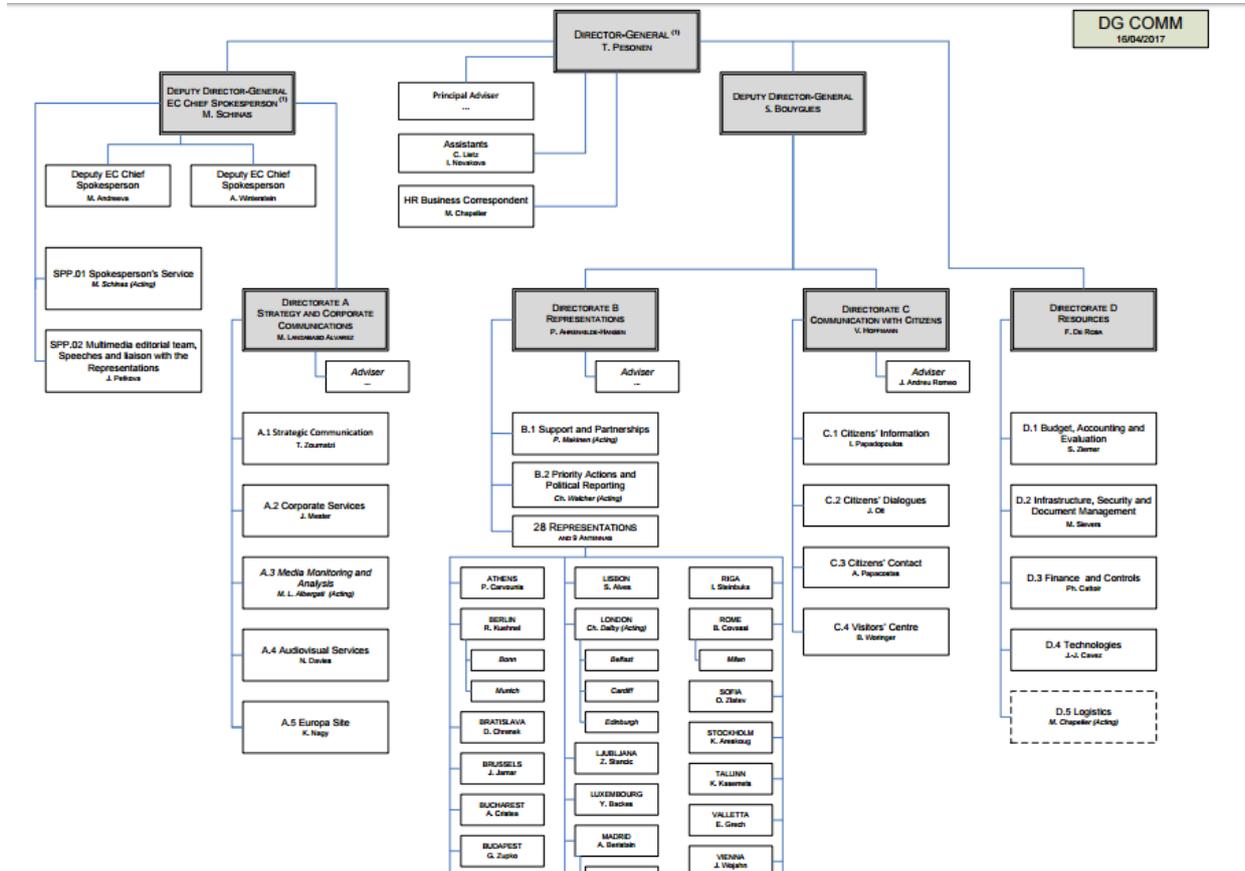
- Citizen Consultations*, London and New York, Routledge
- Koenig, Nicole (2016), “EU external action and Brexit: relaunch and reconnect”, *Jacques Delors Institut – Berlin*, 178, pp.1-18
- Koeth, Wolfgang (2016), “Can the Investment Court System (ICS) save TTIP and CETA?”, *European Institute of Public Administration*, pp.1-14
- Krugman, Paul (2015), “Trade and Trust” (online), consultado em 06.09.2017.  
Disponível em: [https://www.nytimes.com/2015/05/22/opinion/paul-krugman-trade-and-trust.html?\\_r=0](https://www.nytimes.com/2015/05/22/opinion/paul-krugman-trade-and-trust.html?_r=0)
- Krugman, Paul (1987), “Is Free Trade Passé?”, *Economic Perspectives*, 1(2), pp.131-144
- Lee, Thea M. (2015), “TTIP Must Protect Jobs, Workers and Public Services” em Jacques Pelkmans *et.all* (orgs.), *TTIP: Political and Economic Rationale and Implications Intereconomics*, 50 (6), pp. 312–343
- McCombs, Maxwell E. (1992), “Explores and Surveyors: Expanding Strategies for Agenda-Setting Research”, *Journalism Quarterly*, 69, citado por Nelson Traquina (2000), *O poder do jornalismo : análise e textos da teoria do agendamento*, Coimbra, Minerva, pp. 38
- McCombs, M. e D. L. Shaw, (1993), “The Evolution of Agenda-Setting Research: Twenty Five Years in the Marketplace of Ideas”, *Journal of Communication*, 43 (2), citado por Nelson Traquina (2000), *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*, Coimbra, Minerva, pp. 31
- Monroe, Alan D. (1975), “Public Opinion in America”, *Dodd, Mead*, New York citado por Clawson e Oxley (2017), *Public Opinion Democratic Ideals, Democratic Practice*, Washington D.C, SAGE, pp.15
- Office of the United States Trade Representative (2017), *2017 Trade Policy Agenda and 2016 Annual Report of the President of the United States on the Trade Agreements Program*, Washington DC, Office of the United States Trade Representative
- Ollila, Stina (2017), “Cecilia Malmström: Trump har inte dödat TTIP” (online), consultado em 09.03.2017. Disponível em: <http://www.di.se/nyheter/cecilia-malmstrom-trump-har-inte-dodat-ttip/>
- Nilsson, Lars e Nuno Sousa (2015), “Assessing the potential economic impact of the TTIP” em Sangeeta Khorana (org.), *The Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) Negotiations between the EU and the USA: Caught between Myth and Reality?* Barcelona, CIDOB edicions, pp.21-30
- Perloff, Richard M. (2013), *The Dynamics of Political Communication: Media and Politics in a Digital Age*, New York, Routledge

- Pew Research Center (2014a), *Faith and Skepticism about Trade, Foreign Investment*, Sem lugar de publicação, Pew Research Center
- Pew Research Center (2014b), *Support in Principle for US.-UE Trade Pact*, Sem lugar de publicação Pew Research Center
- Pew Research Center (2017), *Post-Brexit, Europeans More Favorable Toward EU*, Sem lugar de publicação, Pew Research Center
- República Portuguesa (2016), *Informação de Agenda 4 de novembro, 2016*, Sem lugar de publicação, Press Release República Portuguesa
- Ribeiro, António Silva (2010), *Teoria Geral da Estratégia: O Essencial ao Processo Estratégico*, Coimbra, Almedina
- Sá, Jorge de (2013), *Marketing Político: Para uma Gestão Integrada da Política*, Lisboa, ISCSP
- Siles-Brügge, Gabriel (2017), “Taking back control? The discursive constraints on post-Brexit trade policy”, em Scott Lavery, Lucia Quaglia e Charlie Dannreuther, *The Political Economy of Brexit and the UK’s National Business Model*, Sheffield, Sheffield Political Economy Research Institute, pp.11-16
- Smith, Andy (2007), “European commissioners and the prospects of a European public sphere: information, representation and legitimacy”, em John Erik Fossum e Philip R. Schlesinger, *The european union and the public sphere: a communicative space in the making?* London, Routledge
- Schneider, Michael (2015), “Mobilising the masses: a grass-roots communication strategy for TTIP”, *European View*, 14, pp.201–207
- Sousa, Teresa (2016) TTIP depende de “acordo sólido” e não de calendário político, *Público*, 30 Maio. pp.18-20.
- Stiglitz, Joseph (2014) “On the Wrong Side of Globalization” (online), consultado em 06.09.2017. Disponível em: <https://opinionator.blogs.nytimes.com/2014/03/15/on-the-wrong-side-of-globalization/>
- STOP TTIP (sem data) “About Stop TTIP” (online), consultado em 10.08.2017. Disponível em: <https://stop-ttip.org/about-stop-ttip/>
- Van der Loo, Guillaume e Jacques Pelkmans (2016), “Does Wallonia’s veto of CETA spell the beginning of the end of EU trade policy?”, *Centre for European Policy Studies*, pp.1-5
- Van Ham, Peter (2016), “Communicating TTIP: Challenges for the European Union”, *Clingendael Netherlands Institute of International Relations*, pp.1-10
- Villaverde, Jose e Adolfo Maza (2016), “The Effects of the TTIP on EU Countries: An Ex-ante Evaluation” *Revista de Economía Mundial*, 42, pp. 169-192

Wolton, Dominique. (1990), “Éloge du grand public. Une théorie critique de la télévision”, Paris, *Flammarion*, citado por Jorge de Sá (2013), *Marketing Político: Para uma Gestão Integrada da Política*, Lisboa, ISCSP

# Anexos

## Anexo A. Organograma da DG COMM



## Anexo B. Tabela do método TTIP no Público

<b>Data</b>	<b>Tipo de cobertura jornalística</b>	<b>Género jornalístico</b>	<b>Protagonista principal e secundário</b>	<b>Autor</b>	<b>Central ou integrante</b>	<b>Tom no texto</b>	<b>Observações</b>
22 Março 2015	Opinião	Opinião	China e EUA(p), Obama(s)	Teresa de Sousa (jornalista)	Integrante	Positivo	Coluna de opinião semanal de Teresa de Sousa
3 Maio 2015	Opinião	Opinião	Europa(p), Grécia, Alemanha, Reino Unido, refugiados e Hungria(s)	Teresa de Sousa (jornalista)	Integrante	Positivo	Coluna de opinião semanal de Teresa de Sousa
10 Maio 2015	Artigos	Entrevista	António Sampaio da Nóvoa(p)	Áurea Sampaio e Paulo Pena (jornalistas)	Integrante	Neutro	Entrevista a Sampaio da Nóvoa
15 Maio 2015	Artigos	Notícia	Associação dos Industriais do Tomate(p)	Ana Rute Silva (jornalista)	Central	Negativo	Notícia sobre a perceção da Indústria do setor do tomate acerca do TTIP
17 Maio 2015	Opinião	Opinião	EU e EUA(p)	Tiago Moreira de Sá	Central	Positivo	Professor Universidade Nova e IPRI-UNL disserta sobre o TTIP e a necessidade do mesmo
24 Maio 2015	Opinião	Opinião	Passos Coelho, Portugal, Europa(p), PS(s)	Teresa de Sousa (jornalista)	Integrante	Negativo	Coluna de opinião semanal de Teresa de Sousa
26 Maio 2015	Artigos	Notícia	Durão Barroso(p)	Paulo Pena (jornalista)	Integrante	Positivo	Durão Barroso participou numa conferência sobre Portugal e a Europa
31 Maio 2015	Opinião	Opinião	Europa(p)	Teresa de Sousa (jornalista)	Integrante	Neutro	Coluna de opinião semanal de Teresa de Sousa

5 Junho 2015	Artigos	Opinião	PS(p), PSD(s)	Teresa de Sousa (jornalista )	Integran te	Neutro	Análise de Teresa de Sousa ao programa socialista
7 Junho 2015	Opinião	Opinião	PSD, CDS, Passos Coelho, Portas(p), António Costa(s)	Teresa de Sousa (jornalista )	Integran te	Positivo	Coluna de opinião semanal de Teresa de Sousa
9 Junho 2015	Opinião	Opinião	Comissão Europeia(p)	Paulo Rangel	Central	Positivo	Paulo Rangel disserta sobre a ambição do TTIP em matéria constitucional
10 Junho 2015	Opinião	Opinião	Parlamento Europeu, Comissão Europeia (p), Portugal(s)	Rui Tavares	Central	Negativo	Rui Tavares disserta sobre o futuro do TTIP e provável chumbo
11 Junho 2015	Opinião	Opinião	União Europeia e EUA (p)	Francisco Assis	Central	Positivo	Francisco Assis disserta sobre as complexidades e características do TTIP
13 Junho 2015	Opinião	Opinião	União Europeia e Estados Unidos (p), PS (s)	Francisco Louçã	Central	Negativo	Francisco Louçã disserta sobre os malefícios do TTIP
16 Junho 2015	Opinião	Opinião	Portugal(p)	Vítor Malheiros	Integran te	Negativo	Vítor Malheiros fala na dinâmica de eleições e no futuro do país
20 Setem bro 2015	Artigos	Entrevist a	Chris Patten(p)	Teresa de Sousa	Integran te	Neutro	Entrevista ao antigo comissário europeu para as Relações externas
21 Setem bro 2015	Opinião	Opinião	União Europeia(p) , PSD- CDS(s)	João Ferreira da Cruz	Integran te	Negativo	O economista enumera propostas eleitorais
11 Outubr o 2015	Artigos	Notícia	EUA, Ásia (p), China(s)	Félix Ribeiro (jornalista )	Integran te	Neutro	Felix Ribeiro, jornalista, expõe o TPP e a estratégia contra a China
11 Outubr o 2015	Artigos	Notícia	Berlim (p), Merkel (s)	Sem autor	Central	Negativo	Notícia sobre a oposição nas ruas contra o TTIP em Berlim

14 Outubro 2015	Opinião	Opinião	Comissão Europeia(p)	Cecilia Malmstrom	Central	Positivo	Comissária para o comércio expõe os benefícios do TTIP
17 Outubro 2015	Artigos	Notícia	UE e EUA(p)	Miguel Crespo (Barómetro de Notícias)	Central	Negativo	Barómetro de Notícias salienta o facto do TTIP não ser notícia em Portugal
18 Outubro 2015	Artigos	Notícia	Sem actor(p), Credit Suisse(s)	Camilo Soldado (jornalista)	Integrante	Neutro	Camilo Soldado, jornalista noticia as mudanças na globalização
2 Novembro 2015	Opinião	Opinião	Europa, Merkel (p), refugiados (s)	Teresa de Sousa (jornalista)	Integrante	Neutro	Teresa de Sousa analisa o problema dos refugiados e o papel da Alemanha
16 Novembro 2015	Artigos	Entrevista	Eric Holt-Gimenez	Ana Rute Silva (jornalista)	Integrante	Negativo	Presidente da ONG americana Food First aponta críticas ao TTIP
20 Dezembro 2015	Opinião	Opinião	Reino Unido e Cameron (p)	Teresa de Sousa (jornalista)	Integrante	Neutro	Coluna de opinião semanal de Teresa de Sousa
26 Dezembro 2015	Opinião	Opinião	Sem actores	Rui Nunes	Central	Negativo	Professor universitário e fundador do Fórum Democracia e Sociedade pede cautela e acompanhamento ao tratado
13 Janeiro 2016	Artigos	Notícia	Associação dos Têxteis e Vestuário de Portugal e empresas do sector (p)	Manuel Carvalho (jornalista)	Integrante	Positivo	Oportunidades e internacionalização do setor do têxtil
1 Março 2016	Opinião	Opinião	Sem autores	António Covas	Central	Negativo	O Professor catedrático na Univ. do Algarve disserta sobre a geoestratégia portuguesa face ao TTIP

18 Março 2016	Artigos	Notícia	Trump (p) Estado Islâmico (s)	Alexandre Martins (jornalista )	Integran te	Neutro	Os riscos de uma administração Trump
10 Abril 2016	Opinião	Opinião	Portugal e Europa(p)	Teresa de Sousa (jornalista )	Integran te	Positivo	Coluna de opinião semanal de Teresa de Sousa
22 Abril 2016	Artigos	Notícia	Reino Unido, Obama e União Europeia (p)	Ana Fonseca Pereira (jornalista )	Integran te	Neutro	A deslocação de Obama a Londres para apoiar o SIM no referendo
24 Abril 2016	Artigos	Notícia	Obama e Merkel	Joana Gorjão Henriques (jornalista )	Integran te	Positivo	Visita de Obama à Europa
25 Abril 2016(a )	Artigos	Entrevist a	Gomes Canotilho(p )	Leonete Botelho (jornalista )	Integran te	Neutro	Entrevista ao Gomes Canotilho
25 Abril 2016(b )	Artigos	Notícia	Obama e Merkel (p)	Felix Ribeiro (jornalista )	Central	Neutro	Obama na Alemanha a propósito do TTIP
25 de Abril( c)	Artigos	Notícia	Obama(p)	Sem autor	Integran te	Neutro	Destaque de Obama no dia
26 Abril 2016	Artigos	Notícia	Obama e Europa(p)	Felix Ribeiro (jornalista )	Integran te	Neutro	Despedida de Obama da visita à Europa
2 Maio 2016	Opinião	Opinião	EUA e Portugal (p)	Robert Sherman	Integran te	Positivo	O embaixador dos EUA em Portugal enuncia as vantagens de parceria de gás natural entre os dois países
3 Maio 2016	Artigos	Notícia	Comissão Europeia e EUA	Sem autor	Central	Neutro	Desentendimento entre Comissão e EUA sobre o TTIP
4 Maio 2016	Opinião;	Opinião	Portugal (p), UE e EUA (s)	Rui Tavares	Central;	Negativo ;	Artigo semanal de Rui Tavares sobre o desconhecimento sobre o TTIP;
4 de Maio 2016	Artigos	Notícia	França(p) Comissão Europeia (s)	Luísa Pinto (jornalista )	Central	Neutro	França defende a suspensão das negociações TTIP

6 Maio 2016	Opinião	Opinião	EUA e Comissão Europeia, Não ao TTIP (p), Greenpeace (s)	Francisco Teixeira da Mota	Central	Negativo	Artigo do advogado sobre o malefício do TTIP via leak
7 Maio 2016	Opinião	Opinião	Greenpeace (p) EUA e Europa(s)	Francisco Louçã	Central	Negativo	Francisco Louçã disserta sobre o leak do TTIP
8 Maio 2016(a)	Artigos	Manchete	EUA e EU(p)	Sem autor	Central	Neutro	Manchete sobre a divisão de opiniões sobre o TTIP
8 Maio 2016(b)	Artigos	Reportagem	BE, PS, PCP, Governo(p) Comissão Europeia e EUA(s)	Paulo Pena (jornalista)	Central	Neutro	Reportagem sobre a divisão parlamentar que o TTIP causa na maioria
8 Maio 2016(c)	Artigos	Opinião	Alemanha, EUA (p), China e Rússia (s)	Teresa de Sousa (jornalista)	Central	Positivo	Comentário de Teresa de Sousa ao tratado
8 Maio 2016(d)	Artigos	Reportagem	UE e EUA (p), Greenpeace (s)	Clara Barata (jornalista)	Central	Negativo	Reportagem sobre os obstáculos postos ao TTIP
8 Maio 2016(e)	Artigos	Notícia	UE e STOP TTIP (p)	Sem autor	Central	Negativo	Notícia sobre o lucro do acordo para a UE
8 Maio 2016(f)	Artigos	Reportagem	DGS, Deco, Associações do Automóvel, Textil, Calçado, Federação da Indústria Alimentar, UGT (p)	Vários jornalistas	Central	Negativo	Reportagem sobre as ameaças e oportunidades do TTIP para Portugal
14 Maio 2016 (a)	Artigos	Manchete	UE e EUA (p), Governo PSD-CDS (s)	Sem Autor	Central	Negativo ;	Manchete sobre o impacto do TTIP na economia portuguesa
14 Maio 2016 (b)	Artigos	Notícia	UE, Portugal (p)	Pedro Crisóstomo (jornalista)	Central	Negativo	Notícia sobre a diminuição de previsão de lucros de Portugal face ao TTIP

14 Maio 2016 (c)	Artigos	Noticia	Governo e PCP (p)	Liliana Valente (jornalista )	Central	Neutro	Notícia sobre a disponibilidade do Governo em discutir o TTIP na AR
15 Maio 2016	Opinião	Cartas	Teresa de Sousa, Europa (p)	Leitor	Central	Negativo	Carta de um leitor acerca da posição da jornalista Teresa de Sousa em relação ao TTIP
16 Maio 2016	Artigos	Noticia	Europa, António Costa	Nuno Ribeiro (jornalista )	Integran te	Negativo	Artigo sobre o facto dos problemas europeus não darem margem a Portugal
24 Maio 2016	Artigos	Notícia	Obama, EUA(p) Vietname (s)	Sem autor	Integran te	Neutro	EUA acabam com o embargo comercial de armas no Vietname, no âmbito da promoção do TPP
27 Maio 2016	Artigos	Notícia	G7, Comissão Europeia	João Pedro Pereira (jornalista )	Integran te	Positivo	Artigo sobre a discussão da cimeira dos G7
30 Maio 2016 (a)	Artigos	Capa	Ignacio Garcia Bercero	Sem Autor	Central	Positivo	Chamada de capa para a entrevista do negociador chefe da CE para o TTIP
30 Maio 2016 (b)	Artigos	Entrevist a	Ignacio Garcia Bercero	Teresa de Sousa (jornalista )	Central	Positivo	Negociador chefe da Comissão Europeia para o TTIP defende as condições do acordo
17 Junho 2016	Artigos	Notícia	Governo,(p PSD-CDS (s)	Paulo Pena (jornalista )	Central	Neutro	Artigo sobre o debate parlamentar sobre o TTIP
18 Junho 2016	Artigos	Reportag em	Reino Unido, EU (p)	Teresa de Sousa (jornalista )	Integran te	Neutro	Impacto do Brexit na Europa
22 Junho 2016	Opinião	Opinião	União Europeia (p)	José Pereira da Costa	Integran te	Negativo	Investigador em Relações

							Internacionais, antigo funcionário da Comissão Europeia disserta sobre os desafios na Europa
23 Junho 2016 (a)	Artigos	Reportagem	Reino Unido (p), Canadá (s)	Sem autor	Integrante;	Neutro;	Soluções para o Reino Unido em caso de Brexit
23 Junho 2016 (b)	Opinião	Opinião	Comissão Europeia (p)	José Jorge Letria	Central	Negativo	O escritor critica o TTIP
25 Agosto 2016	Opinião	Cartas	Greenpeace e Europa (s)	Leitor	Central	Negativo	Carta de um leitor a repudiar o TTIP
29 Agosto 2016 (a)	Artigos	Capa	Sigmar Gabriel (p), UE e EUA (s)	Sem autor	Central	Negativo	Chamada de capa sobre as declarações de Sigmar Gabriel
29 Agosto 2016 (b)	Artigos	Notícia	Sigmar Gabriel (p), UE e EUA (s)	Raquel Almeida Correia (jornalista)	Central	Negativo	Artigo sobre as declarações de Sigmar Gabriel acerca do fracasso do TTIP
29 Agosto 2016 (c)	Editorial	Editorial	Europa (p), Obama, Sigmar Gabriel (s)	Direção editorial	Central	Negativo	Editorial sobre o fracasso do TTIP
29 Agosto 2016 (d)	Artigos	Notícia	Sigmar Gabriel e Alemanha (p)	Sem autor	Central	Neutro	Destaque para as declarações de Sigmar Gabriel
30 Agosto 2016 (a)	Artigos	Notícia	PCP (p)	Maria João Lopes (jornalista)	Integrante	Negativo	Artigo sobre os eventos da Festa do Avante;
30 Agosto 2016 (b)	Artigos	Notícia	Comissão Europeia, Governo alemão (p), Sigmar Gabriel (s)	Ana Rute Silva (jornalista)	Central	Positivo	Artigo sobre a resposta da Comissão ao vice-chanceler alemão
4 Setembro 2016	Opinião	Opinião	EUA, UE (p), China (s)	Teresa de Sousa (jornalista)	Central	Positivo	Coluna de opinião semanal de Teresa de Sousa
6 Setembro 2016	Opinião	Opinião	Pingo Doce(p), G20 e UE (s)	José Vitor Malheiros	Integrante	Negativo	Artigo de José Vitor Malheiros sobre a globalização

9 Setem bro 2016	Artigos	Opinião	Grécia, França e Alemanha (p)	Teresa de Sousa (jornalista)	Integrante	Neutro	Análise de Teresa de Sousa sobre a cimeira de Atenas
15 Setem bro 2016	Opinião	Opinião	Juncker, UE (p)	Francisco Assis	Integrante	Positivo	Artigo semanal de Francisco Assis
16 Setem bro 2016	Opinião	Opinião	UE (p), Merkel, Hollande (s)	Teresa de Sousa (jornalista)	Integrante	Neutro	Opinião de Teresa de Sousa sobre a cimeira de Bratislava
7 Outubro 2016	Artigos	Notícia	Jorge Sampaio (p)	Sem autor	Central	Neutro	Notícia sobre a presença de Jorge Sampaio numa conferência sobre o TTIP
15 Outubro 2016	Opinião	Opinião	Trump, EUA (p), Hillary Clinton (s)	Nuno Severiano Teixeira	Integrante	Neutro	O Vice-reitor da Universidade Nova de Lisboa disserta sobre Trump
20 Outubro 2016	Artigos	Notícia	Bélgica, Bulgária (p)	Sem autor	Central	Neutro	Notícia sobre o travão do CETA por parte da Bélgica e Bulgária
22 Outubro 2016 (a)	Opinião	Opinião	Valónia (p), UE (s)	Rui Tavares	Integrante	Negativo	Rui Tavares opina sobre o CETA
22 Outubro 2016 (b)	Opinião	Opinião	UE, Canadá (s)	Paulo Rangel	Integrante	Positivo	Rui Rangel opina sobre o CETA
23 Outubro 2016	Opinião	Opinião	Reino Unido (p), União Europeia (s)	Teresa de Sousa (jornalista)	Integrante	Positivo	Coluna de opinião semanal de Teresa de Sousa
25 Outubro 2016	Editorial	Editorial	Comissão Europeia, Juncker (p)	Diogo Queiroz de Andrade (jornalista)	Integrante	Negativo	Editorial sobre o que representa o CETA
26 Outubro 2016	Artigos	Notícia	Valónia (p), UE (s)	Clara Barata (jornalista)	Integrante	Negativo	Artigo sobre o impasse no CETA via Valónia
29 Outubro 2016	Opinião	Opinião	Valónia, Marcelo, Schauble,	José Pacheco Pereira	Integrante	Negativo	Artigo semanal de Pacheco Pereira

			Sócrates, Mário Nogueira (p)				
30 Outubro 2016	Opinião	Cartas	Bélgica, Portugal (p)	Leitor	Integrante	Negativo	Carta de um leitor sobre o CETA e Portugal
31 Outubro 2016	Artigos	Notícia	União Europeia, Canadá (p)	Sem autor	Integrante	Negativo	Artigo sobre a assinatura do CETA
10 Novembro 2016	Artigos	Reportagem	Europa, Trump (p)	Sem autor	Integrante;	Neutro;	Notícia sobre o impacto de Trump na Europa
10 Novembro 2016	Artigos	Reportagem	Trump, EDP (p)	Sem autor	Integrante	Neutro	Notícia sobre o impacto de Trump na economia
11 Novembro 2016	Opinião	Opinião	Trump, EUA (p)	Rui Tavares	Integrante	Negativo	Análise semanal de Rui Tavares sobre os desafios da UE
12 Novembro 2016	Opinião	Opinião	Trump (p)	José Pacheco Pereira	Integrante	Negativo	Artigo semanal de Pacheco Pereira
14 Novembro 2016	Opinião	Opinião	Trump (p)	Nuno Peres Monteiro	Integrante	Neutro	O professor de Ciência Política na Universidade de Yale analisa o novo paradigma Trump
17 Novembro 2016	Opinião	Opinião	EUA, Trump (p) , Hillary (s)	Pedro Guerreiro	Integrante	Negativo	Membro do secretariado do comité central do PCP disserta sobre as eleições nos EUA
23 Novembro 2016	Editorial	Editorial	Trump (p)	Diogo Queiroz de Andrade	Integrante	Positivo	Editorial sobre o que será a política Trump
11 Dezembro 2016	Opinião	Opinião	Governo PS	Teresa de Sousa (jornalista )	Integrante	Positivo	Coluna de opinião semanal de Teresa de Sousa
17 Dezembro 2016	Opinião	Opinião	Trump (p)	Tiago Moreira de Sá e Diana Soller	Integrante	Neutro	Os investigadores da Universidade Nova e IPRI- UNL analisam a política Trump

31 Dezembro 2016	Artigos	Opinião	Trump, Obama, EUA (p)	Teresa de Sousa (jornalista )	Integrante	Positivo	Análise de Teresa de Sousa a Trump depois de Obama
12 Janeiro 2017	Artigos	Notícia	AR (p), Não ao TTIP, PCP, PAN, Verdes e BE (s)	Sem autor	Integrante	Negativo	Notícia sobre a discussão do CETA na AR e uma manifestação ANTI-TTIP
1 Fevereiro 2017	Opinião	Opinião	Trump, EUA (p)	Francisco Seixas da Costa	Integrante	Neutro	O embaixador analisa a política americana
10 Fevereiro 2017	Artigos	Notícia	Trump (p) Associação Textil de Portugal, Associação Empresaria l de Portugal, Lusopera (s)	Luísa Pinto (jornalista )	Integrante	Neutro	Notícia sobre a imprevisibilidade dos resultados na exportação portuguesa para os EUA devido a Trump

## INFORMAÇÃO PESSOAL

## Rui Alexandre Simão de Sousa



📍 2580-662 Alenquer (Portugal)

☎ 910653740

✉ ruisdesousa@gmail.com

Sexo Masculino | Data de nascimento 17/10/1994 | Nacionalidade Portuguesa

## EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

09/2016–01/2017

### Jornalista estagiário

Jornal de Notícias, Lisboa (Portugal)

Redator estagiário na secção Nacional do jornal.

10/2015–Presente

### Jornalista

Shifter

Redator nas áreas de política nacional e internacional.

## EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

09/2015–09/2017

### Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação

ISCTE-IUL, Lisboa

10/2012–06/2015

### Licenciatura em Ciência Política

ISCSP- Universidade de Lisboa, Lisboa

## COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna Português

### Outras línguas

	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
inglês	B2	B2	B2	B2	B2
Diploma de Inglês (Nível Dois e Três)					
espanhol	B1	B1	A2	A2	A1
francês	A2	A2	A2	A2	A1

Níveis: A1 e A2: Utilizador básico - B1 e B2: Utilizador independente - C1 e C2: Utilizador avançado  
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

### Competências de comunicação

- Desenvolvimento das capacidades comunicacionais orais através de exposições e defesas orais académicas
- Capacidade para elaborar uma peça escrita estruturada com as especificidades formais correctas. Competência adquirida através da participação num jornal académico, assim como contributos escritos em Unidades Curriculares que o permitiam.
- Versatilidade no discurso escrito de modo a abordar diversos públicos e distintos propósitos.

Competência digital

AUTOAVALIAÇÃO				
Processamento de informação	Comunicação	Criação de conteúdos	Segurança	Resolução de problemas
Utilizador independente	Utilizador avançado	Utilizador independente	Utilizador avançado	Utilizador independente

Competências digitais - Grelha de auto-avaliação

- Domínio do software Microsoft Office, com competência avançada para as ferramentas Word, Excel e Powerpoint.
- Competência técnica na construção de sítios online nas plataformas Wix e Wordpress, adquirida no âmbito de unidades curriculares universitárias.
- Entendimento e utilização do software SPSS para fins científicos
- Capacidade de dinamizar redes sociais de cariz oficial como meio de comunicação das organizações. Conhecimento adquirido em unidades curriculares.
- Bons conhecimentos de informática, adquirido em actividades de lazer. Domínio geral de qualquer consulta em banco de dados, motores de busca.

Competências de organização

- Desenvolvimento de capacidades de organização, devido à participação activa no Jornal académico de Ciência Política.
- Participação em inúmeras palestras e conferências de modo a complementar o conhecimento lectivo.
- Forte compromisso no desempenho de diversos trabalhos de grupo bem sucedidos com distribuição de tarefas.

Carta de Condução B